



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Ana Luiza Zahlouth Salame Guimarães

DEMOCRATIZAR O PATRIMÔNIO  
CULTURAL NA AMAZÔNIA

O CASO DO COMPLEXO DO VER-O-PESO

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,  
orientada pelo Professor Doutor Rui Aristides Bixirão Neto Marinho Lebre  
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia  
da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2024



# DEMOCRATIZAR O PATRIMÔNIO CULTURAL NA AMAZÔNIA

O caso do Complexo do Ver-o-Peso

Ana Luiza Zahlouth Salame Guimarães

Dissertação de Mestrado orientada pelo  
Professor Doutor Rui Aristides Lebre  
e apresentada ao Departamento de Arquitectura da  
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Fevereiro de 2024

Esta dissertação foi redigida em português do Brasil, segundo o acordo ortográfico, conforme o Decreto Nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, utilizando a norma APA, segundo *“The Publication Manual of the American Psychological Association”*, 7ª edição (2020) para referências bibliográficas.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão à todas as pessoas que contribuíram durante este processo, seja na pesquisa, apoio ou incentivo, foram fundamentais para a conclusão desta dissertação. Primeiramente, meus sinceros agradecimentos aos professores do departamento, em especial a Professora Carolina, que foi essencial no início da pesquisa e na elaboração do meu projeto de tese. Dedico também um agradecimento especial ao meu orientador, Rui Aristides, cujo empenho, competência e, sobretudo, paciência foram cruciais para a conclusão deste estudo.

Agradeço a todos os meus amigos e colegas de curso que estiveram presentes nas horas de trabalho, em especial à Fernanda e ao André, que presenciaram bons e maus momentos durante esta jornada. À Giovanna e Gabriela que não puderam estar aqui, mas ainda assim se fizeram presentes. À Giovana e João, por acreditarem em mim.

Ao meu namorado, Yasser, agradeço por toda a sua compreensão, paciência e carinho. Sem a sua presença, este processo teria sido ainda mais fatigante. Graças a sua disponibilidade em assumir tantas outras tarefas, eu pude concentrar-me apenas nesta. Obrigada por ter estado nos momentos difíceis.

Aos meus pais, Carla e Ricardo, que sempre reforçaram o poder e a importância da educação na vida de qualquer indivíduo, sem eles, nada disso seria possível. Às minhas irmãs, Bia e Dani, obrigada por terem achado que eu ia desistir, pois isto também é incentivo, mesmo assim eu amo vocês. À toda a minha família, muito obrigada.

Por fim, dedico este trabalho ao meu avô, de onde estiver.



## RESUMO

Ao longo dos anos, a definição de patrimônio tem se modificado e, junto dela, as políticas de intervenção e salvaguarda também. Esta dissertação propôs-se a estudar a forma que essas alterações impactam a vida das pessoas que vivenciam esses espaços e, por conseguintes, avançar com estudos de gestão do patrimônio cultural. Para tal, foi escolhido como caso de estudo o Complexo Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-Peso, na cidade de Belém, no Norte do Brasil.

O Ver-o-Peso é um caso emblemático pois a principal obra é um mercado construído em ferro em 1901 que, durante anos, foi o elemento mais valorizado do complexo devido à sua arquitetura de cariz e material europeus. Entretanto, nas imediações do mercado, desenvolveu-se uma feira de forma espontânea, que se transformou no principal ponto comercial da cidade. Este local se tornou único, pois o edifício neoclássico é rodeado de uma troca comercial intensa cheia de produtos amazônicos. Ali, onde era o antigo porto da cidade, também é onde a cultura ribeirinha encontra o urbano.

É de interesse desta pesquisa analisar a maneira que se gestão local lidou com este espaço, composto de elementos tão distintos. O Ver-o-Peso faz parte da fundação de Belém e sofreu diversas mudanças, entre demolições, restauros, requalificações urbanas etc. O intuito deste estudo é analisar as principais reformas, suas características e motivações, para buscar o resultado real, analisando principalmente as classes de base.

Hoje, a feira e o mercado, são os maiores pontos turísticos de Belém, entretanto, não deixou de ser um local frequentado por moradores da cidade. Assim, é possível dizer que o espaço perdurou de forma frutífera, mesmo as intempéries. A partir deste caso, seria possível construir novas formas de pensar sobre patrimônio cultural e gestões mais democráticas desse espaço, não como um item escultórico, mas como um espaço de vivência e fomentador da cultura amazônica?

**Palavras-chave:** Patrimônio - Amazônia - Cultura - Feiras - Reabilitação





## ABSTRACT

Over the years, the definition of heritage has changed and, along with it, so have intervention and safeguarding policies. This thesis set out to study how these changes impact on the lives of the people who experience these spaces and, consequently, to advance cultural heritage management studies. To this end, the Ver-o-Peso Architectural and Landscape Complex in the city of Belém, in northern Brazil, was chosen as a case study.

Ver-o-Peso is an emblematic case because its main building is a market, built of iron in 1901, which for years was the most valued element of the complex due to its European architecture and materials. However, in the vicinity of the iron market, an open market developed spontaneously and became the city's main commercial point. This place has become unique, as the neoclassical building is surrounded by an intense commercial exchange full of Amazonian products. What was once the city's port is also where riverside culture meets urban culture.

It is in the interest of this research to analyse how local management has dealt with this space, made up of such different elements. The Ver-o-Peso is part of the foundation of Belém and has undergone several changes, including demolitions, restorations, urban requalification, etc. The aim of this study is to analyse the main renovations, their characteristics, and motivations, to find a truthful result, by analysing the lower classes.

Today, both markets are Belém's biggest tourist attractions, however, it has not stopped being a place visited by the city's residents. So, it is possible to say that the space has endured fruitfully, even in the face of bad weather. Based on this case, would it be possible to build new ways of thinking about cultural heritage and more democratic management of this space, not as a sculptural item, but as a space for living and promoting Amazonian culture?

**Keywords:** Heritage – Amazon Region - Culture – Open markets - Rehabilitation



# ÍNDICE

<b>Agradecimentos</b>	<b>ii</b>
<b>Resumo</b>	<b>iv</b>
<b>Abstract</b>	<b>vi</b>
<b>Introdução</b>	<b>2</b>
<b>A questão do patrimônio cultural e o Brasil</b>	<b>10</b>
<b>A hegemonia cultural no Brasil e a Região Norte</b>	<b>28</b>
<b>A história da Amazônia brasileira</b>	<b>44</b>
<i>A Belle Époque e alterações na cidade</i>	<i>56</i>
<b>A Evolução do Ver-o-Peso</b>	<b>64</b>
<i>Reforma de 1985</i>	<i>72</i>
<i>A última grande reforma</i>	<i>80</i>
Contraponto à reforma	88
<i>O Caso do Solar da beira</i>	<i>92</i>
<b>Considerações Finais</b>	<b>98</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>106</b>
<b>Índice de Figuras</b>	<b>118</b>



Figura 1 - Boneca Karajá; patrimônio imaterial brasileiro pela categoria modos de fazer e forma de expressão.  
Fonte: Acervo IPHAN/Revista do Patrimônio

## INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural, compreendido tanto na sua dimensão material quanto imaterial, é um reflexo poderoso da história, identidade e memória coletiva de um povo. É através desse patrimônio que as sociedades expressam e preservam suas tradições, seus conhecimentos, suas artes e suas técnicas. Desde os tempos mais remotos, as sociedades têm conferido valor a determinados elementos, considerados de importância significativa, preservando-os de forma consciente para que possam ser transmitidos às gerações futuras. Porém, é importante destacar que o conceito de patrimônio e as práticas de sua preservação não são estáticas, mas evoluem ao longo dos séculos. Essa evolução é influenciada por uma série de fatores, incluindo mudanças políticas, sociais e culturais, que moldam e redefinem continuamente o que é considerado patrimônio e como ele deve ser preservado.

No entanto, quando este conceito de patrimônio é cooptado e manipulado na esfera política, o bem comum, que deveria ser o principal foco, nem sempre é verdadeiramente priorizado. Historicamente, há uma forte tendência para associar esse conceito de patrimônio primordialmente a construções de raízes europeias, principalmente aquelas ligadas à Igreja e à Monarquia. Estas associações têm influências profundas e duradouras que moldam a percepção do que é considerado patrimônio. Ao analisar o caso específico do Brasil, a situação torna-se ainda mais complexa e desafiadora. O Brasil, um país cuja fundação foi construída em território indígena e cuja economia foi desenvolvida com a mão de obra africana, possui surpreendentemente poucos registros dessas culturas vitais no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Portanto, o objetivo principal desta dissertação é explorar a complexidade e as nuances do conceito de patrimônio, abrangendo desde suas origens históricas até sua manifestação contemporânea como política pública. Nos capítulos que se seguem, será estudada a trajetória do patrimônio cultural, examinando cuidadosamente seu desenvolvimento contínuo, os desafios significativos encontrados ao longo do caminho e as mudanças substanciais que ocorreram no contexto brasileiro. Para ilustrar esses pontos de maneira mais concreta, o caso de estudo escolhido é o Complexo do Ver-o-



Figura 2 - Cais do Ver-o-Peso; s. d.  
Fonte: IBGE Cidades.  
(<https://veroveropeso.wordpress.com/historia-contida/>)

Peso, localizado na cidade de Belém do Pará. Este exemplo em particular não apenas ilustrará a evolução do conceito de intervenção no patrimônio arquitetônico, mas também ajudará a destacar e aprofundar nosso entendimento das divergências culturais que são exclusivas do Norte do país, uma região muitas vezes negligenciada em discussões sobre patrimônio.

No primeiro capítulo, será apresentada a literatura base sobre o conceito de patrimônio e sua jornada histórica, destacando como certas obras e elementos foram selecionados e valorizados em detrimento de outros. Além disso, este capítulo também lança luz sobre as disparidades presentes nas discussões internacionais sobre patrimônio, evidenciando a falta de representatividade de países não europeus. A análise revela como o patrimônio, inicialmente, estava intrinsecamente ligado a certas entidades, sempre em função da instituição que detivesse maior capital.

No segundo capítulo, o foco será direcionado para o contexto brasileiro, examinando a forma como o patrimônio cultural foi incorporado e moldado pela esfera pública. O papel do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), criado durante um período ditatorial, será analisado em detalhes. Este capítulo explorará como o órgão responsável, apesar de sua missão de proteger o patrimônio cultural brasileiro, perpetuou um paradigma elitista e eurocêntrico, semelhante ao observado em âmbito internacional. Através desta análise, será possível compreender as continuidades e descontinuidades nas políticas de patrimônio brasileiras e os desafios enfrentados na promoção de uma abordagem mais inclusiva e representativa.

Por fim, adentrar-se-á no caso de estudo e, para tal, será necessário fazer uma contextualização histórica da Amazônia brasileira, o intuito é perceber como se deu a interação inicial entre colonizador e colonizado e as diferenças e peculiaridade provenientes da região. Este capítulo pretende buscar no processo colonizatório o início de uma sobreposição cultural, além disso, construir a narrativa que levará a formação da sociedade paraense para se perceber as raízes destas relações de poder. Num segundo momento da história paraense, entraremos no período conhecido com Belle Époque, isto será importante para se perceber em que contexto o Mercado de Ferro foi construído em Belém e qual a sua simbologia para a cidade já que, após esta época de prosperidade econômica, restarão poucos vestígios materiais e, entre eles, o Ver-o-Peso.



Figura 3 - Porto do Ver-o-Peso, ao fundo o Mercado de Ferro. Autor: Marcel Gautherot; Instituto Moreira Sales



Então, o foco volta para um estudo de caso específico: o Complexo do Ver-o-Peso, que hoje consiste em uma série de espaços distintos, não apenas o Mercado de Ferro construído em 1901 ou a feira às margens do antigo porto da cidade que datam a fundação de Belém, entretanto, estes dois serão os protagonistas desta dissertação. Uma vez que a finalidade é observar a distinção de tratamento destes dois espaços por parte da esfera pública.

O intuito desta escolha do Ver-o-Peso é poder analisar de maneira mais concreta o desenvolvimento de um espaço que sofreu diversas intervenções, de diferentes naturezas, ao longo dos seus mais de 300 anos de história, e como o este reagiu às mudanças. Além de tudo, tentar entender como um espaço se torna tão resiliente. Localizado em Belém, este mercado histórico é um símbolo vivo da cultura e identidade paraense. Através da análise das transformações, exploraremos as diferentes abordagens e perspectivas adotadas em relação à preservação e revitalização do patrimônio. Em particular, examinaremos como, ao longo do tempo, a ênfase no restauro arquitetônico deu lugar a uma abordagem mais humanizada, reconhecendo a importância não apenas do edifício em si, mas também da comunidade e das práticas culturais associadas.

A história do Ver-o-Peso poderá então ser lida como produto da percepção brasileira de patrimônio, em que houve, durante muito tempo, maior valorização do conjunto edificado de feição europeia em detrimento do espaço “residual” que cerca estes prédios, em que foi-se constituindo desordenadamente, um conglomerado de extrema troca e atividade comercial — que resultou no que é conhecido hoje como a Feira do Ver-o-Peso. Logo, as intervenções feitas neste espaço até o final do século XX, atuaram principalmente garantindo a integridade física do edificado como elemento isolado.

Hoje, sabe-se que a importância cultural da obra só pode ser considerada a partir da memória coletiva e do peso que esta obra tem no imaginário do povo que a cerca. Logo, é essencial aprender a repensar políticas de salvaguarda que incluem, além de aspectos técnicos de um restauro físico, também a proteção da cultura que torna aquele espaço único, principalmente num contexto híbrido entre europeu e amazônico. Em suma, demorou-se a entender que o patrimônio cultural não necessariamente deve ser tratado como um objeto escultórico, e sim como um ser animado, mantendo as práticas culturais vivas enquanto elas ainda são presentes.



Figura 4 - Erveira do Ver-o-Peso dando o tradicional "banho de cheiro" (2017). Fonte: Site Agência Belém

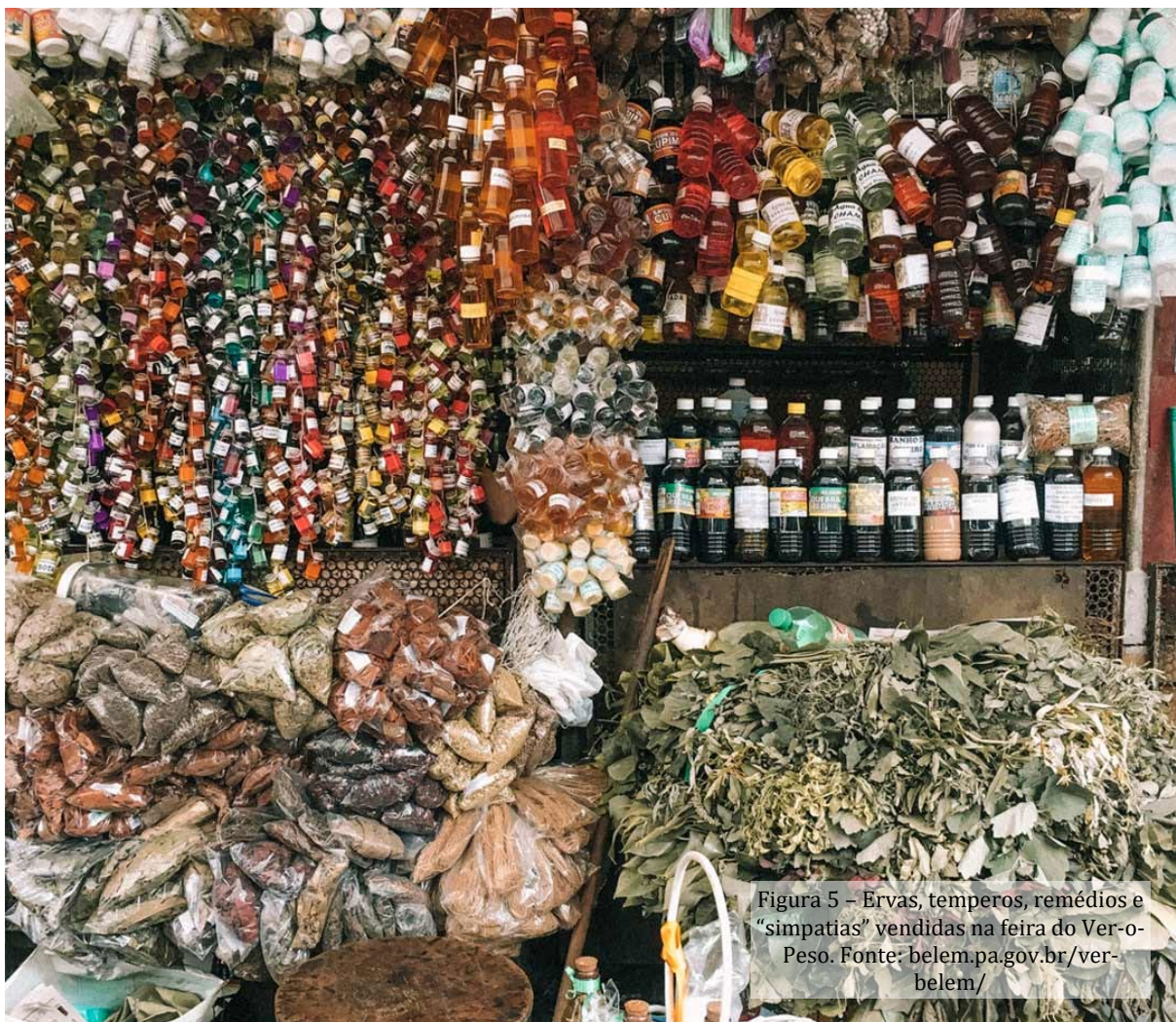


Figura 5 - Ervas, temperos, remédios e "simpatias" vendidas na feira do Ver-o-Peso. Fonte: [belem.pa.gov.br/ver-belem/](http://belem.pa.gov.br/ver-belem/)

Portanto, o desafio do Ver-o-Peso reside na complexidade de sua dualidade, onde a presença da obra arquitetônica colonial se entrelaça com a cultura ribeirinha e africana, ondes os atores são fruto de um processo histórico sangrento que, em nenhum momento, faz-se evidente nas arquiteturas de ferro de adornos inspirados no Art Nouveau. Um desafio que por vezes insistem em tratar como o novo contra o velho, quando, na verdade, já há registros da feira externa desde antes da construção do mercado. É fato que esses dois elementos, isoladamente, não tem a mesma importância. O fato daquele prédio não ter se deteriorado como tantos outros em Belém é graças aos feirantes, aos ambulantes, aos consumidores; que se mantiveram ali nos altos e baixos do Ver-o-Peso.

Conclui-se que não é mais possível pensar revitalização do espaço sem pensá-lo em conjunto, entre si e entre os utentes que, como veremos, também foram essenciais para as reformas mais bem sucedidas. Diante disso, pretende-se avaliar se o exemplo do Ver-o-Peso e suas intervenções, menos ou mais prósperas, além da sua luta contínua por manter-se vivo, com sua função inicial de comércio, mas sem que haja a perda da essência da cultura amazônica, pode servir como exemplo para demais projetos de revitalização de espaços culturais relevantes no Brasil.

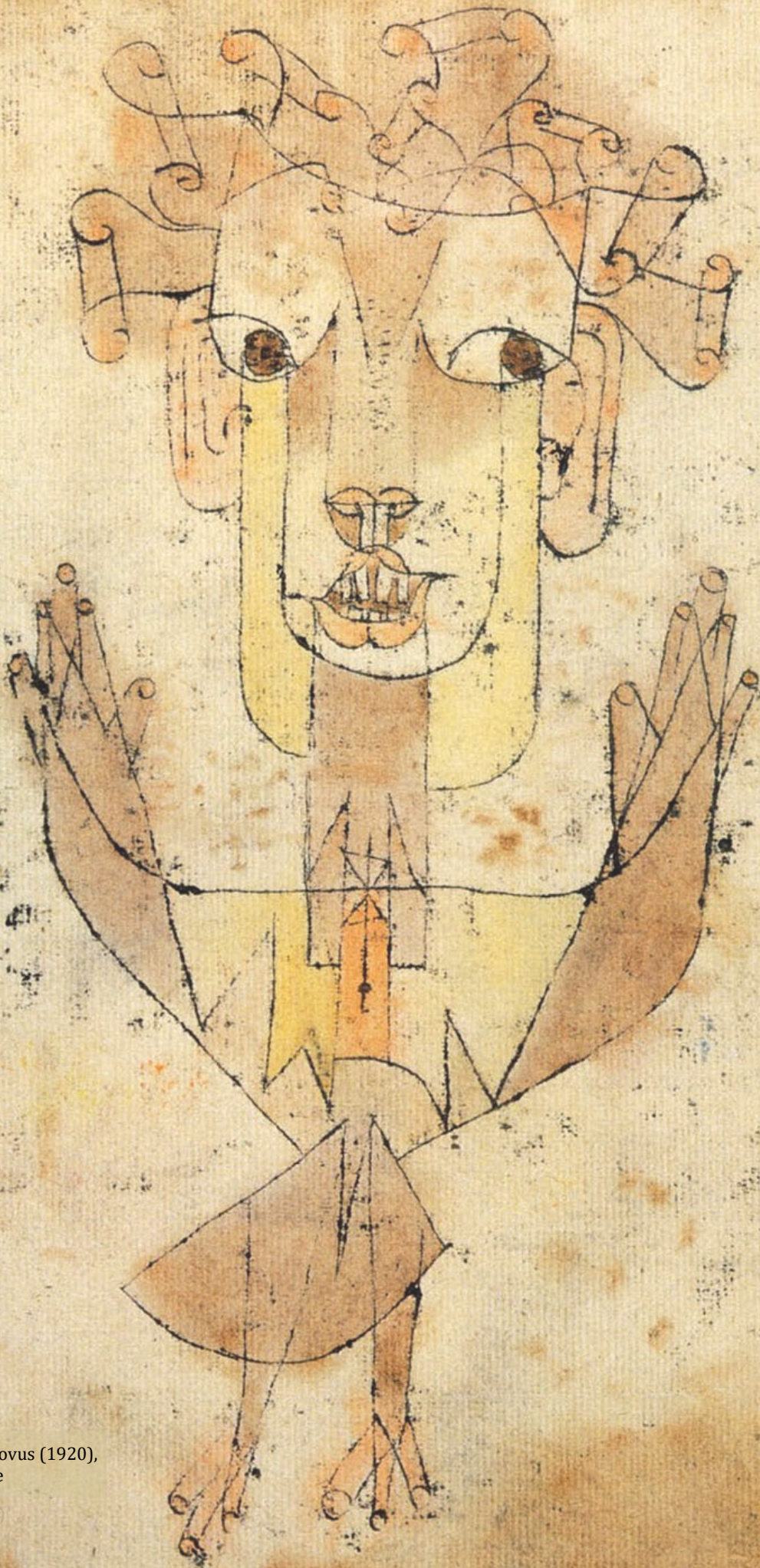


Figura 6 – Angelus Novus (1920),  
Paul Klee

## A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E O BRASIL

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. **Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem a qual ele não pode refletir sem horror.**

(Benjamin et al., 2012, p. 223)

A todo o processo de rememoração, está inerente o de esquecimento. Isto é, não é possível retratar toda a história, suas nuances, seus detalhes e versões; sempre haverá o remanescente. A questão que se coloca é a de como é feita a escolha do que será preservado, e qual a versão histórica que se quer contar a partir destes vestígios. Quando se assume que a arquitetura e a cidade são fortes agentes para a reafirmação de dogmas históricos e sociais, poderiam também elas agirem como ferramenta para o questionamento destes mesmos dogmas e o promover de uma política patrimonialista mais democrática?

O conceito de patrimônio e memória são indissociáveis. Logo, mesmo quando se trata de obras palpáveis, sem a componente social, perde-se o valor agregado do objeto já que este é medido pela importância no imaginário de uma determinada sociedade. Todo o objeto cuja finalidade é reviver um fato histórico, carece do reconhecimento do seu entorno para que tenha real importância. (Schwarcz, 2021)

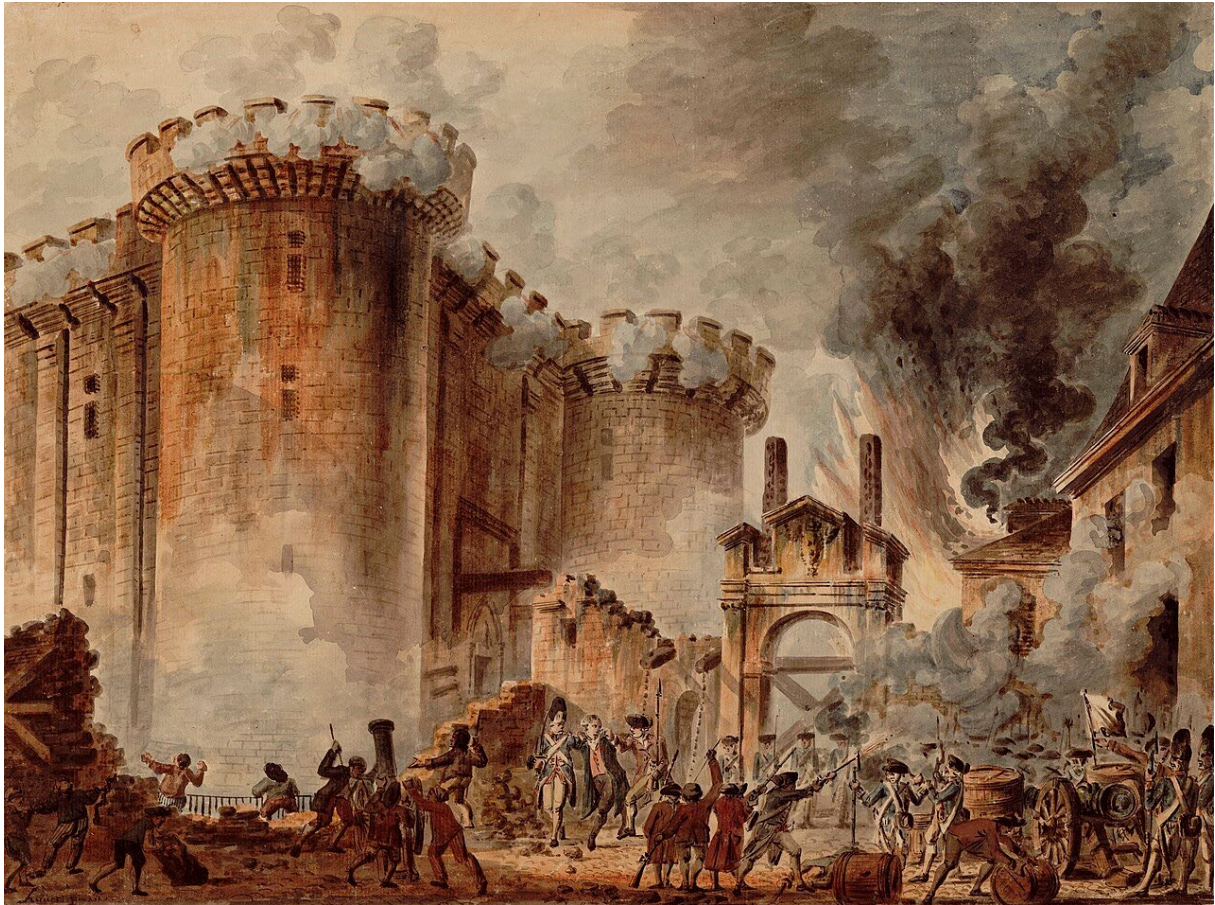


Figura 7 - "A Queda da Bastilha" (1789) por Jean-Pierre Houel.

Quando se assume que a memória do coletivo é, em si, um objeto histórico (Ricoeur, 2009), faz-se necessária a preservação dela e de todo o tipo de obra ou local que tenha sido parte desta memória, pois estes também detêm o papel de um documento histórico. Portanto, o patrimônio material e imaterial são também parte da identidade cultural de uma nação, já que a história e, por consequência a memória, são essenciais para que sejam compreendidos os costumes e crenças de um povo (Chauí, 2006). É por este motivo que as sociedades criam mecanismos para lembrar constantemente o passado, seja por meio da salvaguarda de objetos que fazem parte da memória coletiva ou por meio da construção de monumentos que prestem homenagem a esta mesma memória.

Assim, o reconhecimento de bens culturais tornou-se um fenômeno comum a todos os Estados-nações uma vez que, para além da “função antropológica” (Choay, 2014, p. 18), observa-se a sua importância na construção e reafirmação identitária de uma nação. Portanto, percebe-se que o reconhecimento da história a partir de vestígios materiais, escultóricos e arquitetônicos se tornou uma questão de política pública, mas partiu de um anseio social, da busca pela segurança da existência como grupo. (Chauí, 2006; Schwarcz, 2021)

O monumento assegura, sossega, tranquiliza, ao conjurar o ser do tempo. É garantia das origens e acalma a inquietude que a incerteza dos princípios. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre as coisas naturais e artificiais, **o monumento procura apaziguar a angústia da morte e da aniquilação.** (Choay, 2014, p. 18)

Esta definição de patrimônio enquanto um bem coletivo, portanto, algo de interesse e gestão pública, passará a existir a partir do século XIX, na França. Tensões sociais resultantes da Revolução Francesa colocaram em risco a integridade de certos monumentos e edifícios que simbolizam as instituições que detinham o maior poder econômico e político e, por esse motivo, eram alvo de protestos e depredação, despertando assim maior preocupação e suscitando uma discussão sobre sua salvaguarda. (Choay, 2014; Kühl, 2007) Por esse motivo, o primeiro mecanismo que tratava deste tema foi a Comissão de Monumentos Históricos de 1837, onde a principal



Figura 9 - Acervo arqueológico do museu Emílio Goeldi, localizado em Belém, de Artefatos Marajoara<sup>1</sup>



Figura 8 - Estátua de cerâmica Marajoara.  
Foto tirada do acervo do Museu Emílio Goeldi

<sup>1</sup> Estes artefatos são mantidos no Museu Emílio Goeldi, em Belém, como bens arqueológicos de produção indígena que remonta e período pré-colonial. A arte marajoara ainda é praticada hoje em dia na região amazônica, entretanto, ainda não foi catalogado pelo IPHAN como patrimônio imaterial, ainda assim, ela segue viva.



preocupação era garantir o resguardo de castelos, edifícios de cunho religioso e remanescentes da Idade Antiga (Choay, 2014).

Assegurar a existência destes edifícios é importante para rememorar a história da sociedade, porém é inegável que uma política voltada para a preservação de obras ligadas a monarquia e a Igreja também as imortalizam como símbolos de grandeza, estabilidade e poder. Forma-se assim uma espécie de ciclo de perpetuação dessas instituições: sendo elas as únicas que dispunham dos meios necessários para erguer edifícios considerados de grande valor cultural, também serão eternizadas a partir do reconhecimento de suas obras, como monumentos históricos, ou seja, um bem que a todos pertence. E assim, reafirma-se constantemente um passado grandioso dessas instituições para futuras gerações. (Kaika & Thielen, 2006; Schwarcz, 2021)

Mas foi em nome da proteção do passado comum e, por consequência, da existência cultural do grupo, que a política de proteção ao patrimônio cultural foi crescendo e se tornando parte essencial dos planos de governos de todos os Estados, por meio de projetos de leis e em constituições, além de se tornar pauta de entidades intergovernamentais. Porém, durante muito tempo, o tema era restrito a monumentos e sítios arqueológicos, ou seja, obras materiais. O debate girava em torno do resguardo da obra a partir da intervenção ou não intervenção na sua materialidade. (Cunha, 2010; Köhl, 2007)

Apesar de ser imprescindível o zelo por essas obras de valor histórico, quando se restringe o tema apenas à materialidade ligada à memória, há o risco de o debate se tornar extremamente excludente com alguns grupos, já que esta definição não abrange uma variedade de manifestações culturais, como ofícios, modos de produção, festividades, crenças e medicinas alternativas. Já que os primeiros esforços para a salvaguarda de monumentos históricos eram voltados para obras que simbolizam a monarquia, o clero ou civilizações antigas; e isto não é necessariamente um reflexo cultural da maioria da população, tampouco um equipamento de usufruto coletivo. (Kaika & Thielen, 2006; Moassab, 2013)

Novamente nota-se que a explicação mais simples para isto é a de que a concentração de riquezas nas mãos de uma minoria permitia a estes grupos que reafirmassem sua influência por meio da construção de monumentos nos centros



urbanos. Com a chegada da modernidade, onde o capital privado torna-se dominante, a lógica seguirá sendo a mesma, mas o protagonista passa a ser a burguesia e todas as instituições que representam o capital (Kaika & Thielen, 2006). Porém, este fato por si só, não deveria ser limitador, já que os esforços para a preservação da memória restritos aos chamados monumentos históricos são, inevitavelmente, excludentes às classes não detentoras dos meios de produção. Logo, não é exagero afirmar que as primeiras décadas das discussões sobre patrimônio, focadas neste fascínio pela forma, tenderam a um certo elitismo. (Moassab, 2013; Souza, 2010)

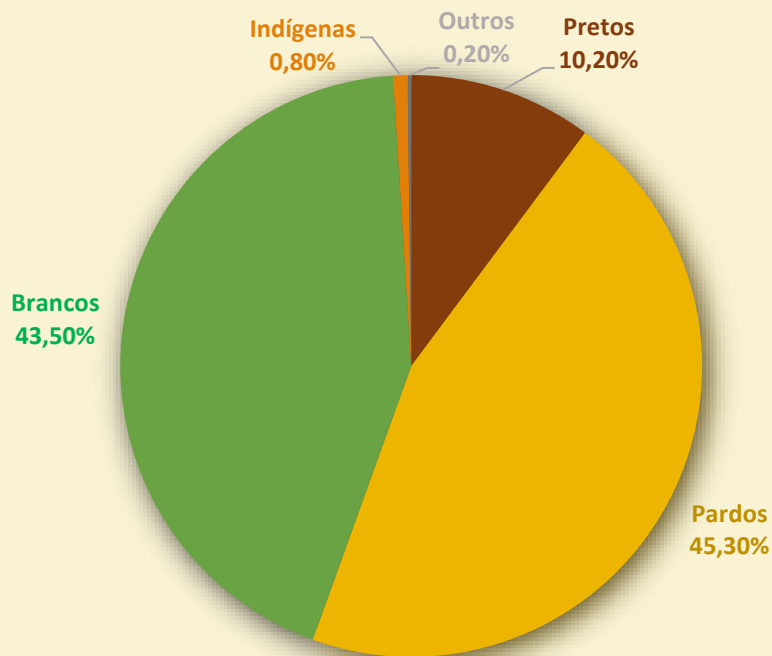
Durante o século XX, a discussão se torna ainda mais presente e uma série de conferências e convenções tomam lugar no cenário internacional para debater o tema. A primeira carta patrimonial resultante destes encontros foi a Carta de Atenas de 1931<sup>1</sup>, na qual se fazia uma série de recomendações sobre a administração, normas e técnicas, mas, sobretudo, a importância em salvaguardar monumentos históricos. Este documento foi usado na elaboração de legislações em vários países referentes ao tema, ainda hoje é estudado na teoria do restauro. Durante estas conferências, apenas europeus participaram das reuniões. Em encontros posteriores, como o que resultou na Carta de Veneza<sup>2</sup> em 1964, a maioria segue sendo europeia (Choay, 2014; Cunha, 2010)

Portanto, é possível afirmar que, durante o século XX, para além do viés elitista, também havia uma clara hegemonia de questões e prioridades europeias na definição do que constituía patrimônio. As principais cartas patrimoniais ilustram bem a tese de Ricoeur (2009) onde qualquer processo de memória é, também, um processo de esquecimento. Neste caso de esquecimento voluntário tanto do mundo material além da Europa, quanto das manifestações culturais atreladas a objetos de caráter abstrato ou efêmero. (Moassab, 2013)

<sup>1</sup> A Carta de Atenas foi resultado da Conferência Internacional sobre Restauro e Monumentos de 1931, organizada pelo Serviço Internacional de Museus, na Grécia. Nela registra-se a presença de importantes nomes da teoria do restauro, entre historiados, arquitetos e arqueólogos. O documento, além das recomendações e diretrizes para o restauro e salvaguarda de monumentos, faz um apelo para que todos os Estados iniciem o processo de catalogação de seus bens de interesse público, além de incentivar que haja a educação, desde a juventude, para conscientizar sobre a importância do tema. Ainda estimula que haja a cooperação entre países para a catalogação e preservação de locais de interesse internacional. Em suma, o documento é uma importante contribuição para a teoria do restauro e foi, de fato, pioneiro na área. Apesar de não tratar das nuances mais abstratas do patrimônio imaterial, percebe-se que, de fato, a conferência não tinha este foco.

<sup>2</sup> A Carta de Veneza, ou Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios, foi fruto da decorrência do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em 1964 na Itália. Registra-se que, durante as conferências, tenha havido a presença de arquitetos do Peru, México e Tunísia.

## POPULAÇÃO BRASILEIRA POR COR OU RAÇA



## COR/RAÇA POR REGIÃO

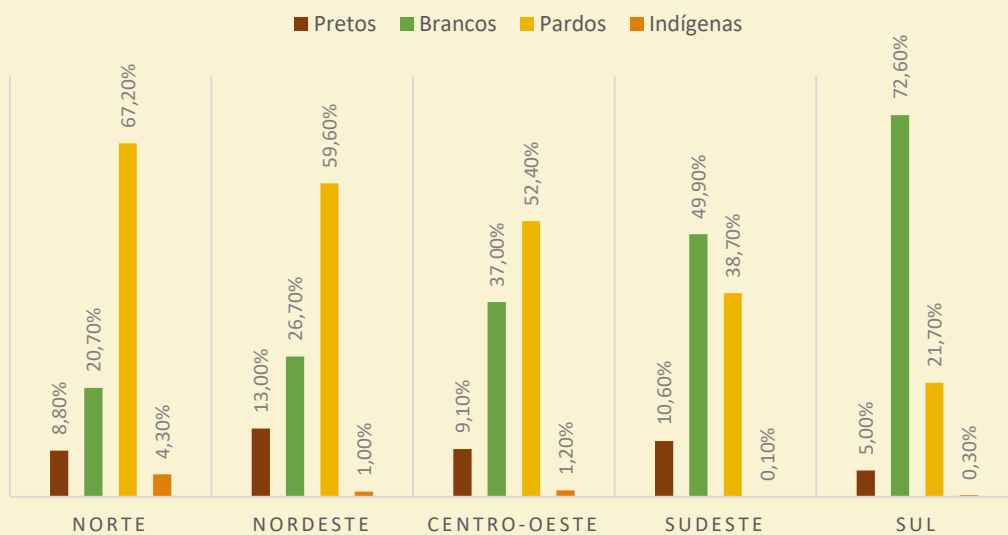


Figura 10 – Gráfico produzido pela autora. Baseado no Censo de 2022 feito pelo IBGE

O reconhecimento destas questões na segunda metade do século XX levou a uma comissão das Nações Unidas a elaborar um novo instrumento que alarga estes limites, portanto, designada a Convenção para a Salvaguarda Do Patrimônio Cultural Imaterial, onde uma nova definição de patrimônio cultural é proposta. Segundo a UNESCO (2003, art. 2) passam a ser também consideradas “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados”.

Refletir sobre os novos instrumentos para a preservação do patrimônio cultural no caso de países como o Brasil é um tema complexo, não apenas devido a sua composição étnico-social tão diversa, mas principalmente aos fatores históricos que levaram até ela. A sociedade brasileira foi formada sobre um processo direto de apagamento dos Povos Originários<sup>1</sup> e da opressão e escravização dos povos africanos, bem como de seus descendentes. Para fins didáticos, cabe ressaltar que, segundo a última pesquisa do IBGE<sup>2</sup>, 45,3% da população brasileira se identifica como parda, 10,2% como preta, 43,5% como branca e preta e 0,8% indígena.

Entretanto, estes grupos devem ser lembrados não apenas como uma porcentagem da população, mas como vivências, culturas e histórias e, principalmente, devido à dívida histórica que a sociedade brasileira possui com eles. Segundo Walter Benjamin (2012, p. 223) “somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado”, ainda que para rememorar devidamente a história seja necessário reviver um passado desagradável, de servidão e genocídio.

Ao entrar no campo do legado arquitetônico, segundo um levantamento feito pela pesquisadora Andreia Moassab (2013) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, nota-se que, dos bens reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não há qualquer bem arquitetônico indígena registrado nos Livros do Tombo e apenas 1% dos registrados são de matriz africana. Era de se esperar que, num país construído sobre tantas culturas, a arquitetura também fosse diversa, desde as igrejas coloniais barrocas a antigas comunidades quilombolas, senzalas, aldeias e casas indígenas.

<sup>1</sup> Definição dada aos povos que habitavam as terras brasileiras antes da chegada das expedições portuguesas no século XVI. Esta denominação também cabe aos seus descendentes.

<sup>2</sup> Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), recolhidos durante o último Censo Nacional realizado em 2022. Cabe lembrar que estes dados são baseados na autodeclaração do indivíduo, portanto, não diretamente sua ascendência, mas sim a sua percepção sobre si.



Muitas são as explicações dadas a estes dados, entre elas está o caráter efêmero das técnicas construtivas indígenas, a falta de material arqueológico sobre as áreas de antigos quilombos, entre outros (Moassab, 2013). Entretanto, não se pode ignorar que todos os instrumentos criados para a conservação desses bens culturais são, acima de tudo, uma decisão política embasada por um propósito específico que, por vezes, sobrepõe-se ao seu dever de representar o passado de maneira democrática e justa a todos os grupos da sociedade.

(...) talvez não exista processo de patrimonialização (e de musealização) sem alguma forma de descarte. Isto é, formas de consagração, como essas, são sempre (e também) espaços de silêncio e de esquecimento. (Schwarcz, 2021, p. 31)

A questão do patrimônio parece estar inserida num cenário muito mais profundo. A atual falta de bens culturais que representem a cultura indígena e afrodescendente brasileira se apresenta como parte de um mecanismo presente nas relações de poder oriundas das raízes do Brasil. Seus protocolos epistemológicos, bem como seus motivadores, levaram à construção de uma história nacional extremamente supressiva com alguns grupos. Assim conclui-se que os vestígios dessa história escolhida, seus marcos, heróis, monumentos e outros funcionam, também, como ratificadores de uma ideologia, e perpetuam um ciclo de apagamento.

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. (Benjamin et al., 2012)

Segundo o pesquisador Walter Benjamin <sup>1</sup> (2012), o historiador é não apenas excludente com uma parcela dos fatos em suas investigações, mas também partilha de

<sup>1</sup> Walter Benjamin (1892-1940), filósofo alemão conhecido por ser adepto de materialismo histórico, apesar de não ser considerado marxista ortodoxo, Benjamin adota a teoria de que análises históricas devem ser pautadas no funcionamento da troca material e, por consequência, na organização das classes sociais; agregada a isso, suas análises continham o estudo de símbolos culturais e estéticos.



Figura 11 - Estátua do Borba gato em  
chamas (2021). Autor: Gabriel  
Schlickmann; via Twitter



uma relação de empatia com vencedor. Portanto, atrelado à opressão, o “perdedor” ainda vivencia um processo de apagamento. Ainda segundo o autor, a essa questão é proposto “escovar a história a contrapelo”, isto é, revisitar não somente o fato histórico em si, mas também este “processo de transmissão de cultura”.

Ao trazer esta análise para a realidade brasileira, é possível dizer que a economia, a sociedade e a política locais foram historicamente construídas em cima de um processo opressor para com grupos étnicos. O genocídio praticado contra as comunidades indígenas e o tráfico de pessoas vindas do continente africano que perdurou por quase 400 dos 500 anos na história do país, sem dúvidas, configuram a barbárie qual Walter Benjamin se referia. Portanto, a historiografia e o estudo do patrimônio devem participar deste processo com um olhar mais crítico, e não complacentes à versão ortodoxa dos fatos.

Percebe-se reverberações do tema na atualidade ao analisar os protestos ocorridos na cidade de São Paulo, em 2021, que tiveram como alvo o monumento em homenagem a Manuel Borba Gato, incendiado por ativistas. O ato representava o descontamento com a imagem do bandeirante paulista. Segundo manifestantes, a estátua simboliza a opressão e violência colonialista, além de canonizar personagens que naturalizam o racismo estrutural presente na formação histórica do Brasil (Mercier, 2021).

O protesto foi impulsionado pelo movimento *Black Lives Matter*<sup>1</sup> que teve início nos Estados Unidos, em maio de 2020. Este ocorrido foi o princípio de uma série de discussões sobre questões raciais e manifestações populares. Dentre de suas várias pautas, o movimento tinha como componente o questionamento acerca de monumentos que normalizassem pessoas ou práticas que exaltassem o racismo, não se tratava somente do tráfico de pessoas, mas também de indivíduos que tenham enriquecido por meio deste sistema. (Deliso, 2021)

A escolha por exaltar Borba Gato como herói nacional, em um país onde mais de 50% da população se declara como preta ou parda é problemática já que o Brasil

<sup>1</sup> O americano George Floyd é asfixiado até a morte por um policial na cidade de Minneapolis em maio de 2020. Este evento foi o princípio de uma série de discussões sobre questões raciais e manifestações populares que ficaram conhecidas como *Black Lives Matter*. Dentro de suas várias pautas, o movimento tinha como componente a contestação de estátuas que aludissem a culturas de viés racistas, como as de senhores de escravos. O movimento acendeu discussões não apenas nos Estados Unidos, mas também na Europa, onde uma série de estátuas foram depredadas, e em outros países latino-americanos como o Brasil.



Figura 12 - A Guerra dos Palmares.<sup>1</sup> Óleo de Manuel Vitor, 1955. Fonte: site oficial do Partido Comunista do Brasil

<sup>1</sup> Quilombo dos Palmares, a maior e mais longeva comunidade quilombola que se teve registro no Brasil, localizada onde hoje é o Estado de Alagoas foi erradicada no final do século XVII por expedições dos Bandeirantes. Acredita-se que a comunidade chegou a contar com cerca de 20 mil pessoas. O seu líder, Zumbi dos Palmares, foi morto e decapitado por um bandeirante, posteriormente, sua cabeça foi exibida em praça pública em Recife.

tem uma formação étnico-social baseada no tráfico de pessoas e que, ainda na atualidade, apresenta discrepâncias e mazelas sociais profundas resultantes deste período. Portanto, quando manifestantes ateam fogo na sua estátua, o intuito vai muito além de contestar a imagem do indivíduo em si, mas sim reivindicar representatividade, questionar o próprio modo de produzir e reproduzir o conhecimento histórico (Lorenzoni & Gomes, 2022). O fato de um povo lesar seu próprio patrimônio é uma questão também política, mas, sobretudo, filosófica e histórica.

O bandeirantismo foi um movimento que ocorreu entre os séculos XVI e XVII, onde eram realizadas expedições em direção ao interior do Brasil com o intuito de buscar, principalmente, minas e metais preciosos. Como durante estes séculos as cidades brasileiras estavam concentradas no litoral, os bandeirantes realmente contribuíram para o alargamento do território, entretanto, registra-se que muitas comunidades quilombolas tenham sido dizimadas e tribos indígenas saqueadas já que, parte de intuito destas jornadas, também era a aquisição de novos escravos. (Raimundo, 2004)

Cabe também lembrar que a concepção dos bandeirantes como figuras heroicas nasce já no século XX a partir de uma forte campanha do governo de São Paulo a fim de criar símbolos nacionais, mas, principalmente, de projetar o Governo do Estado. Levando assim a construção deste monumento, de quase 13 metros de altura, em 1957, pelo escultor Júlio Guerra, na zona central do município paulistano (Raimundo, 2004).

A posteridade com a qual foi feita a escolha por exaltá-los, mostra que os bandeirantes, bem como muitos outros marcos da história brasileiras, são parte de um conjunto de símbolos nacionais que foram cuidadosamente escolhidos para retratar uma versão mais agradável da sociedade, isto é, para construir uma Nação digna internacionalmente e até para a própria população – são as chamadas tradições inventadas. (Hobsbawm & Ranger, 2012). Os monumentos e os patrimônios arquitetônicos funcionam perfeitamente para corroborar essa versão histórica pretendida, já que estes registros “têm a capacidade de efetivar, no cotidiano, certos modelos históricos coloniais, mas que lá estão dispostos como se fossem neutros” (Schwarcz, 2021, p. 28).



Não cabe, entretanto, a esta pesquisa impor novos símbolos nacionais, ou propor monumentos e estilos verdadeiramente apropriados a cultura brasileira, mas sim remontar um pouco da história e funcionamento dos órgãos responsáveis pelo reconhecimento de bens culturais, explorar seus mecanismos e zonas que possam ter sido proteladas durante o processo. A questão aqui será fazê-lo de forma crítica, ou seja, propor um olhar para casos bem-sucedidos de soluções democráticas nas áreas de maior hegemonia cultural.

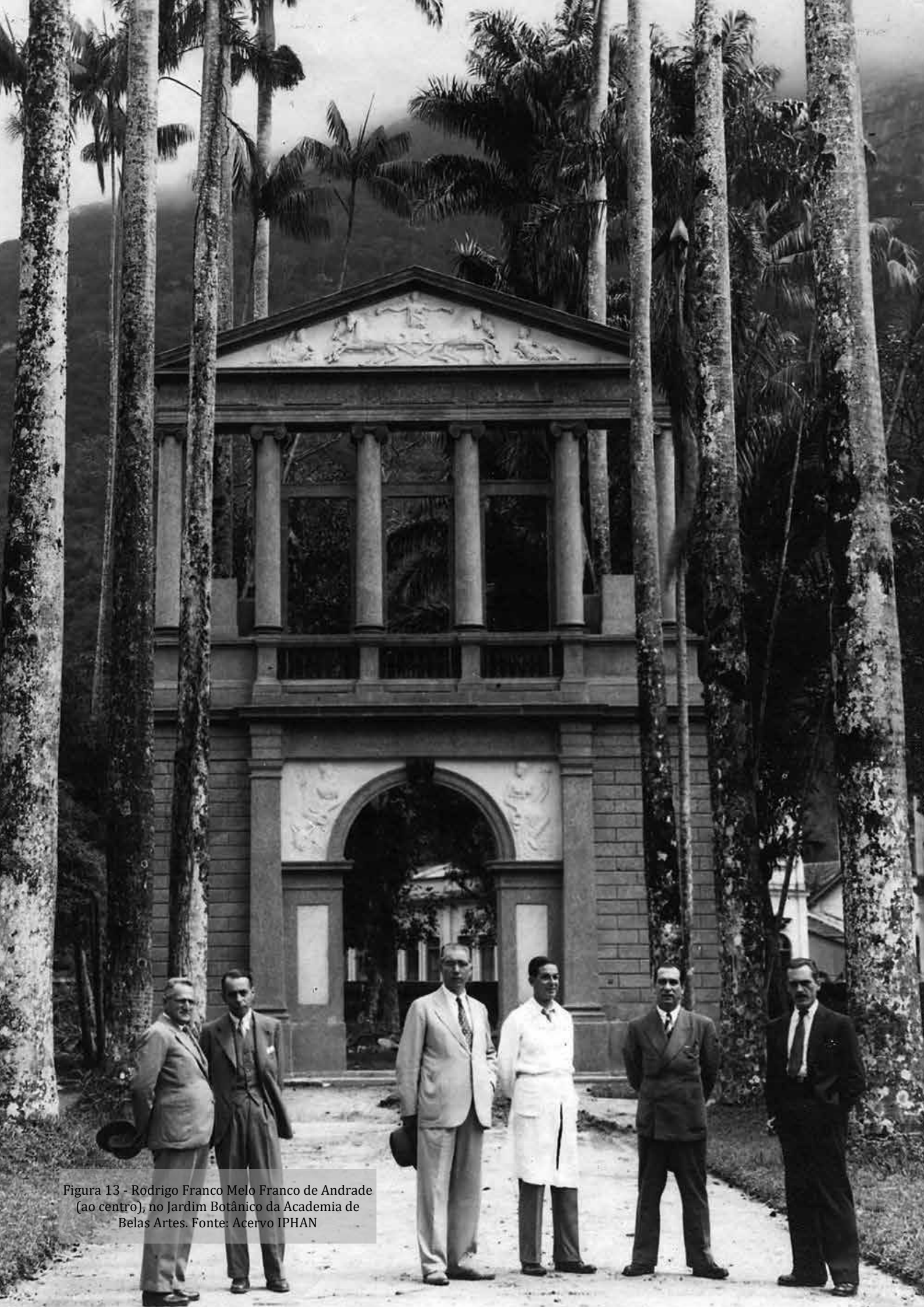


Figura 13 - Rodrigo Franco Melo Franco de Andrade (ao centro), no Jardim Botânico da Academia de Belas Artes. Fonte: Acervo IPHAN

## A HEGEMONIA CULTURAL NO BRASIL E A REGIÃO NORTE

Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. **É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da História** e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a História.

(Holanda, 2015, p. 173)

Para dar seguimento ao estudo, é preciso uma análise sobre a história do patrimônio cultural brasileiro em suas diferentes regiões, para tal, é necessário que seja contado a forma como os mecanismos legais agiram para a catalogação e conservação ao longo do tempo. O intuito é perceber as motivações e dificuldades apresentadas e como isto pode ter afetado a região norte do Brasil. Este ensaio é uma visão crítica de dados históricos, de omissões e tensões que permeiam essa história sem, entretanto, desvalorizar completamente os esforços nacionais feitos para preservar a história do país.

Como já foi visto, no início dos anos de 1930, o diálogo sobre conservação e patrimônio afirma-se mundialmente com a Conferência Internacional de Atenas, a partir de então, cada vez mais Estados se articulam para criar mecanismos de proteção do seu patrimônio. No caso do Brasil, o primeiro órgão federal concebido para este fim foi o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1936. Este





órgão, fundado durante o governo de Getúlio Vargas<sup>1</sup>, contava com importantes nomes, não apenas da arquitetura, mas de todo o cenário cultural nacional, como Lúcio Costa, Rodrigo de Andrade, Gustavo Capanema<sup>2</sup>, Mário de Andrade<sup>3</sup>, Gilberto Freyre, entre outros. (Portal IPHAN, 2014c)

A criação deste órgão está atrelada ao Decreto-lei nº25 de 1937, que apontava a necessidade de preservar “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (Presidência da República, 1937, art. 1º). Chama atenção nesta definição a implicação da materialidade para se enquadrar nos parâmetros, porém, como já mencionado, isto era um reflexo de como o tema era tratado no âmbito internacional.

O decreto também inaugura um instrumento federal para a catalogação destes bens chamado de “Livros do Tombo”, onde ficam registrados os patrimônios oficiais da União mediante a prévia aprovação do órgão. Havia 4 livros que também eram divididos em seções: arqueológica, etnográfico e paisagístico; histórico; belas artes e artes aplicadas (Presidência da República, 1937, art. 4). Devido esta nomenclatura, até os dias atuais, no Brasil, é comum referir-se ao patrimônio catalogado como obras “tombadas”.

Por se tratar de uma país com dimensões continentais e culturalmente diversificado, fica claro que não seria uma tarefa fácil fazer com que a atuação do SPHAN chegasse a todos os cantos do Brasil. O próprio diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, afirma na Revista do Patrimônio (também inaugurada juntamente com o novo serviço) a dificuldade do trabalho por se tratar de uma ampla área de pesquisa (Andrade, 1937).

<sup>1</sup> Getúlio Vargas (1882-1954) foi uma das figuras mais emblemáticas da política brasileira. Foi presidente do país durante dois momentos, no primeiro foi resultado de um golpe militar, conhecido por alguns como “Revolução de 30” e, num segundo momento, foi eleito democraticamente.

<sup>2</sup> O mineiro Gustavo Capanema (1900-1985) se tornou ministro da educação durante o governo de Getúlio Vargas e, até hoje, foi o indivíduo que por mais tempo ocupou esse cargo (1934-1945). Ele ficaria conhecido posteriormente por ser um dos ministros mais dinâmicos da história da política e, entre seus feitos, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional ficou marcado no Governo Vargas.

<sup>3</sup> Mário de Andrade (1893-1945) foi um dos maiores poetas da literatura brasileira e, por certo, o primeiro modernista relevante no cenário nacional.

**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE**

**REVISTA DO SERVIÇO  
DO PATRIMONIO  
HISTORICO E ARTISTICO  
NACIONAL**



**1937**

**RIO DE JANEIRO**

Figura 14 - 1ª edição da Revista do Patrimônio (1937). Disponível no acervo do IPHAN ([portal.iphan.gov.br/](http://portal.iphan.gov.br/))

A Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma ferramenta importante para perceber as motivações por trás das escolhas feitas durante este primeiro período de atuação do SPHAN, também conhecida como “fase heroica” – compreendida nas 3 décadas iniciais do órgão, sob a direção de Rodrigo de Andrade. Que possui este nome devido ao reconhecimento dos indivíduos e seus supostos esforços incansáveis mediante a esta missão tão morosa. (Cunha, 2010; Portal IPHAN, 2014c; Rubino, 1992)

Observa-se que, durante este período, maior parte do patrimônio catalogado, eram obras arquitetônicas, como o próprio diretor admitiu na primeira edição da revista: “O presente número desde logo se ressentiu de grandes falhas, versaram quase todo sobre o monumento arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nestes.” (Andrade, 1937, p. 5).

Partindo de uma análise global, era de se esperar que houvesse maior atenção para com estes bens. Isso se deve ao fato da literatura e casos de estudo sobre o tema, principalmente em França, Inglaterra e Itália – que eram as referências para os intelectuais brasileiros – tratarem sobre o restauro em arquitetura (Cunha, 2010; Köhl, 2007). Porém, reproduzir métodos importados de países europeus no território brasileiro, pode levar à outras falhas já que se trata de processos históricos e sociedades totalmente distintas.

Chama atenção, porém, que, destas obras, mais da metade foram construídas no século XVIII, 14% no século XVII e 18% no século XIX – com foco em construções barrocas ligadas a Igreja, prédios de governo, complexos militares, casarões, monumentos, pontes, chafarizes e uma série de outros conjuntos cuja imensa maioria se tratava de construções de cunho colonial, ou seja, principalmente arquitetura “importada” da Europa. Não consta o registro de obras anteriores a 1500, ou seja, da chegada portuguesa ao Brasil. (Rubino, 1992)

O conjunto eleito revela o desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes. (Rubino, 1996, p. 98)

## REGISTROS DURANTE "FASE HEROICA"

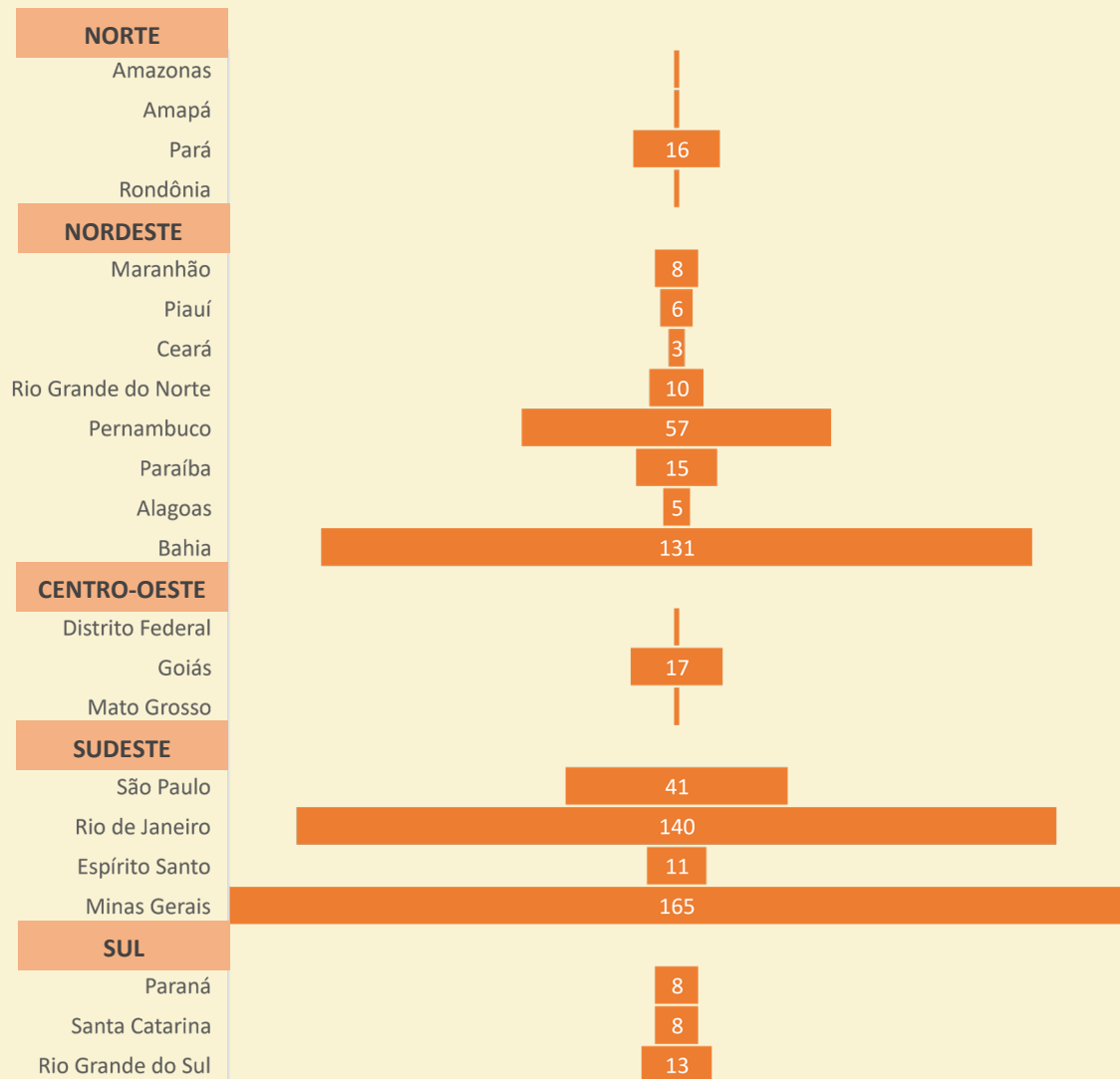
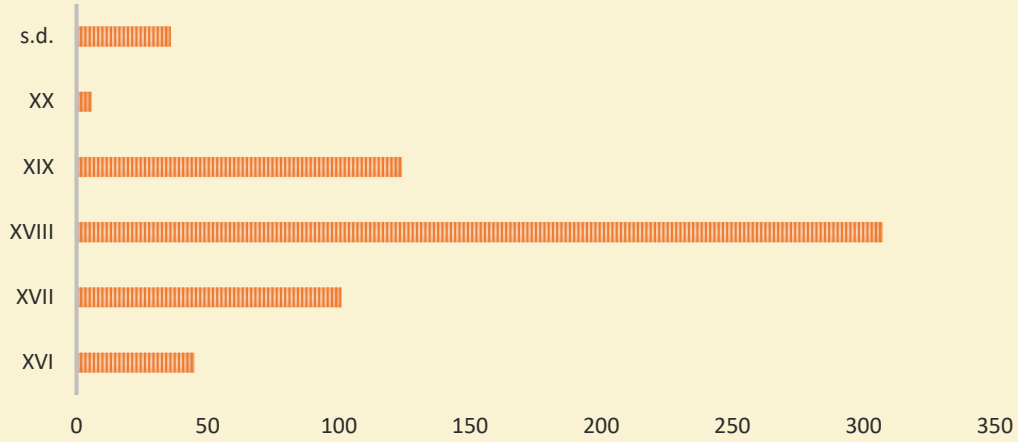


Figura 15 - Gráficos dos primeiros anos de atuação do SPHAN. Autoral

Outra análise sobre esses anos “heroicos” do SPHAN mostra que, o trabalho feito não é bem distribuído geograficamente. Isto é, Estados que detinham maior poder político e econômico na época possuíam predominância de bens reconhecidos. Dos 689 patrimônios tombados durante este período, 165 estão situados no Estado de Minas Gerais, 140 no Rio de Janeiro e 131 na Bahia. Ou seja, em apenas 3 Estados da Federação, que compõem cerca de 14% de todo o território, estavam situados mais de 60% do patrimônio cultural brasileiro. (Rubino, 1996)

É curioso o fato de alguns municípios, incluindo capitais estaduais, terem sido tão proteladas pelo SPHAN enquanto outras tiveram todo o seu conjunto urbano catalogado. Um exemplo disso é a cidade de Ouro Preto, talvez uma das cidades históricas mais bem conservadas do Brasil. Tanto a arquitetura, prédios religiosos e de governo do século XIX, bem como seu desenho urbano mantiveram-se quase intactos até os dias de hoje (Portal IPHAN, 2014a).

Ouro Preto foi uma das primeiras a entrar para o Livro do Tombo e é conhecida por ter sido a antiga capital do Estado de Minas Gerais, casa da elite política brasileira principalmente durante a Primeira República<sup>1</sup> – da qual faz parte o diretor do SPHAN, Rodrigo de Andrade, bem como toda a sua família. Chama a atenção o particular zelo para com o Estado mineiro devido ao alto número de bens catalogados, além de Ouro Preto, também foram registradas as cidades de Diamantina, Mariana, São João Del Rei, Tiradentes, etc. (Braga, 2015)

Quando à região norte, nessas 3 primeiras décadas de trabalho, foram registrados 2,7% de todos os bens reconhecidos do país, maior parte consistia nos mesmos edifícios de arquitetura colonial (Rubino, 1996). Isso demonstra uma clara hegemonia da rota Sudeste, e sul do Nordeste, trazendo o caso da Bahia que foi capital do Brasil durante seu período de colônia, tendo como herança antigos prédios de governo e conjuntos urbanos do seu tempo de centro político.

Cabe analisar, a exemplo, o Estado do Amazonas, maior em extensão territorial do Brasil, rodeado pela Floresta Amazônica e que também registra o maior número

<sup>1</sup> A Primeira República, também chamada de “República do café com leite” teve início em 1889, no período pós independência do Brasil, e foi marcada pela concentração de poder político nas oligarquias paulista e mineira (produtoras, respectivamente, de café e leite), que alternavam entre si a escolha do cargo de Presidente da República por meio de eleições fraudadas. Este período se estendeu até a Revolução de 1930 quando Getúlio Vargas toma o poder.



absoluto de população indígena do país. Ainda assim, o Estado teve apenas 1 bem incluído nos Livros do Tombo durante o período: o Teatro do Amazonas, uma obra do século XIX, encomendado a partir da demanda burguesa recém enriquecida devido ao ciclo da borracha e construído nos moldes da arquitetura renascentista. (Seráfico, 2009)

Mediante a este levantamento, observa-se que o padrão notado anteriormente sobre o elitismo e eurocentrismo no que concerne o tema do patrimônio repetem-se no caso do Brasil. Um país com pluralidade étnica e uma dívida histórica com alguns grupos, construiu sua base cultural exaltando o lado colonial europeu em detrimento do africano e indígena – tomando como base os três primeiros povos geradores da sociedade brasileira como se conhece hoje.

Esta questão, quando trazida para a realidade brasileira, acentuará outros problemas para além da matéria dos bens culturais, observa-se que a disparidade social transpassar a questão econômica ao entrar no campo do apagamento cultural dos povos “periféricos”, isto é, povos que ficaram à margem da construção da nação. Os monumentos e o patrimônio arquitetônico funcionam como um reflexo materializado destas questões sociais. Hoje, o conceito que o conceito de patrimônio histórico brasileiro, relaciona-se quase que exclusivamente com construções de origem europeia e colonial. (Moassab, 2013)

Cabe ratificar que não é o intuito desta pesquisa apontar os culpados pelas mazelas hoje presentes e nem afirmar que o Serviço do Patrimônio não tenha contribuído para uma questão importante que é o reconhecimento dos bens históricos. De fato, terá havido alguma vontade de retratar neste patrimônio a raízes do Brasil e sua história, porém, deve-se reconhecer que, mediante o resultado deste trabalho, já havia uma predefinição do que deveria ser a cultura brasileira.

(...) a força creadora do português, em vez de se impor, com intransigência imperial, ligou-se no Brasil ao poder artístico do índio e do negro e, mais tarde, ao de outros povos, sem entretanto desaparecer: conservando-se em quase tudo o elemento mais característico. (Freyre, 1937, p. 45)



Figura 16 - Procissão do Cirio de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém, festa religiosa paraense que se tornou patrimônio da UNESCO em 2013. Autor: Toninho Castro



Gilberto Freyre, grande antropólogo de questões como a formação étnico-cultural do povo brasileiro e que também esteve presente na fundação do SPHAN, descreve, com certo orgulho, a herança portuguesa em terras brasileiras, como se esta, ao se juntar com todas as outras culturas que formaram a nação, criasse, sem sobrepor nada, uma mistura única. Entretanto, não parece ter sido esse o caso, mediante a análise destas primeiras décadas da construção da cultura brasileira a partir da catalogação do patrimônio e, principalmente, arquitetônico.

Portanto, é possível observar que herança colonialista atuou, neste caso, não como uma condicionante única para a produção cultural, artística e arquitetônica, mas antes sim como ferramenta de apagamento das demais formas de expressão que não fossem condizentes com a história a ser criada desta jovem nação. Logo, além da concentração regional, outro fator excludente foi o cariz das obras consideradas relevantes para a construção cultural, resumindo a jornada brasileira a obras arquitetônicas coloniais neoclássicas, ligadas às instituições tradicionais de poder, tais como igrejas, palácios etc.

O próprio IPHAN, ao longo dos seus quase 90 anos de existência, passou por uma autocrítica e foi reformando suas definições e parâmetros. Era necessário admitir que a cultura brasileira não se resumia à arquitetura colonial que fora alvo da atuação dos seus primeiros anos (Freire, 2005). Porém, como já mencionado, o fato dos métodos de caracterizar o bem cultural ao bem arquitetônico, com ênfase em construções de em “pedra e cal” era um grande restritivo para o tema.

(...) as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. (Neto, 2000)

É importante ressaltar que, outros mecanismos federais foram surgindo ao longo dos anos que contribuíram para a democratização deste processo. Após o fim da

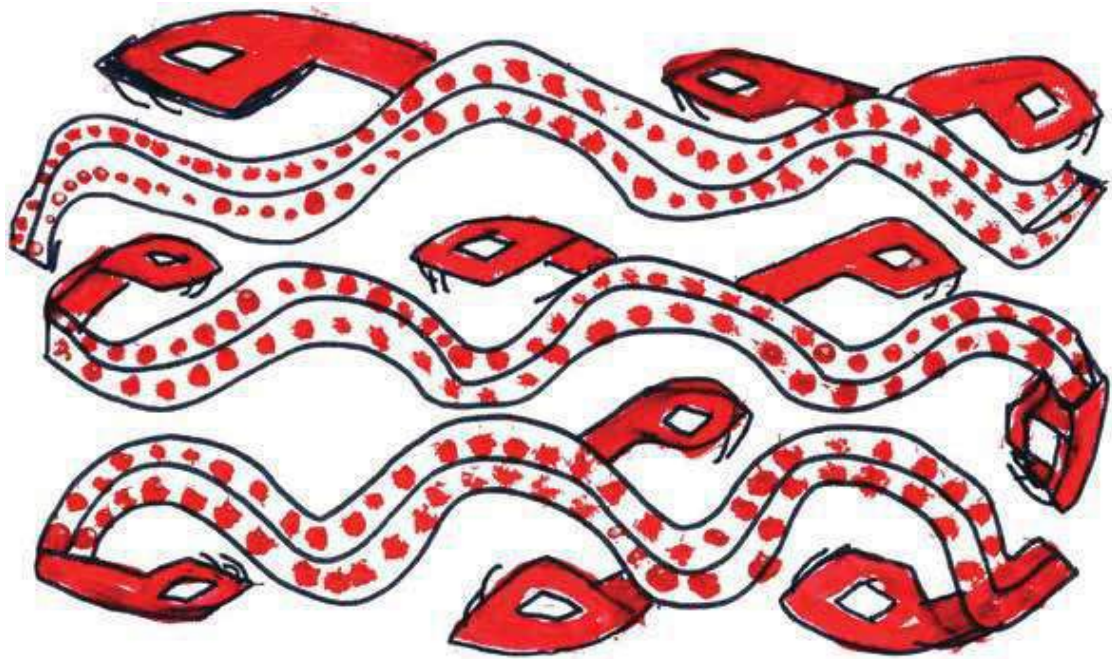


Figura 18 - Arte Kusiwa produzida pela Comunidade Wajãpi, do Amapá. Considerada patrimonial imaterial pelo IPHAN, inscrita no Livro Formas de Expressão e pela UNESCO.  
Fonte: Site oficial da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)



Figura 17 - Crianças da comunidade Wajãpi. Fonte: Site oficial da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)

ditadura militar, marcada pela promulgação da Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>, novos limites são propostos para o patrimônio com o intuito de mitigar a má distribuição que já foi vista.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (Presidência da República, 1988)

Percebe-se de pronto a mudança quanto a imaterialidade do patrimônio. A esta nova definição, também se acrescentam “as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas” que terão implicações importantes principalmente para a preservação da cultura indígena. O texto também possui um parágrafo dedicado ao tombamento de “reminiscências históricas dos antigos quilombos” (1988, parag. 5º). Em parte, esta nova legislação relaciona-se com o momento histórico de redemocratização que o Brasil vivia após décadas de ditadura. (Oliveira & Carvalho, 2022)

Além disso, percebe-se que a legislação traz um maior dinamismo, ao menos em seu texto, propondo uma atuação sobre elementos que são importantes para cultura e hábitos atuais do país, e não apenas o elemento histórico. Isto também será de suma importância já que implica na proteção de práticas atuais, e não apenas vestígios do passado, protegendo, assim, a cultura enquanto ela ainda é vivida. Portanto, aqui surge essa ideia de que o patrimônio cultural pode ser lido como algo presente e ativo, e não apenas objeto de contemplação e, mesmo que parece uma pequena mudança a nível de definição, isto pode ter um impacto imenso para se valorizar as nuances da cultura além do material e enquanto elas ainda existem como parte da vida da população.

Hoje, com mais de 80 anos de atividade, o atualmente conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), precisa continuar a desenvolver uma crítica quanto ao trabalho feito até aqui. A procura por uma “cidadania

<sup>1</sup> A Constituição Federal de 1988, vigente hoje no Brasil, foi um marco político e histórico, pois assinala a transição do país, que havia vivido quase 3 décadas de ditadura militar, para a redemocratização. Como esta passagem não foi fruto de nenhuma revolução, e sim de uma anistia, essa constituição carregava a missão de mostrar a preocupação da classe política com todos os grupos da sociedade e mostrar o compromisso da República em estabelecer a plena democracia.



patrimonial” (Lima Filho, 2018), ou seja, não apenas um patrimônio que represente todos os grupos e camadas da sociedade, mas que o faça de forma justa e democrática, desfazendo preconceitos e levando também informação para além das versões históricas canônicas que já foram tão difundidas é essencial.

A Região Norte ainda é um caso essencial a ser discutido pois, atualmente, continua a ser a região brasileira com o menor número de bens reconhecidos (Lima, 2018). Além do mais, sua história é um reflexo da percepção nacional sobre o tema, onde os bens herdados do período colonial foram os primeiros a receber reconhecimento pelo IPHAN, enquanto o patrimônio de origem indígena, principalmente imaterial, passará a ser reconhecido apenas depois dos anos 2000. (Souza, 2010)

Resta então algumas questões a serem consideradas: é possível mitigar essa hegemonia que, historicamente, se estabeleceu nos registros e na concepção do patrimônio cultural brasileiro? É possível que, para exaltar as culturas que foram durante tanto marginalizadas seja necessário depauperar a materialidade já consagrada? Ou o reconhecimento do patrimônio imaterial poderá contribuir, direta e indiretamente, para a manutenção, conservação e perpetuação da obra arquitetônica?

Para tentar dar resposta à estas questões, colocaremos sob análise o complexo arquitetônico e paisagístico do Ver-o-Peso, localizado no Estado do Pará, região norte do Brasil. Este espaço foi escolhido pela combinação de uma obra edificada inspirada na arquitetura do ferro europeia, mas que foi ocupada e vivida intensamente pela comunidade amazônica, que transformou aquele espaço no mercado mais importante da cidade, ponto turístico icônico e referência do comércio sustentável feito com base em produtos amazônicos.



Figura 19 - "O Anhanguera", de Theodoro Braga

## A HISTÓRIA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A colonização da região amazônica por Portugal representa um capítulo singular na história da luso-brasileira. Enquanto o litoral do sudeste brasileiro testemunhava uma colonização mais precoce e estabelecida, a Amazônia era palco de uma complexa teia de interesses geopolíticos, religiosos e econômicos. A chegada dos portugueses à região foi motivada não apenas pela necessidade de forçar os limites territoriais estabelecidos com a Espanha, mas também pelo desejo de explorar as especiarias da região e estabelecer bases estratégicas diante das ameaças de outras potências europeias. No entanto, a geografia desafiadora da Amazônia e a resistência das comunidades indígenas impuseram obstáculos significativos à ocupação portuguesa.

A chegada dos portugueses na Amazônia aconteceu de forma tardia quando comparada ao litoral do sudeste brasileiro. Era um período especialmente conturbado para os territórios ultramar ocupados por Portugal, a União Ibérica<sup>1</sup> havia, de certa forma, enfraquecido a hegemonia portuguesa sobre seu quinhão no continente americano e, como outras nações europeias também disputavam estas rotas marítimas, o litoral do Nordeste sofria frequentes invasões. Destaca-se a ocupação do Maranhão, 1612 a 1615, culminando na expulsão das tropas franceses. Com o temor de que houvesse novas invasões, expedições portuguesas, liderada por Francisco Caldeira Castelo Branco, com direção ao norte, chegam na Amazônia em 1616. (Penteado, 1968)

<sup>1</sup> A União Ibérica foi um período entre 1580 e 1640 em que Portugal e Espanha estavam sob a mesma administração de Felipe II de Espanha e I de Portugal. Isto ocorreu após a crise sucessória gerada pela morte de Dom Sebastião. Durante este período, a divisão rígida que havia sido determinada no final do século XV foi se flexibilizando na América do Sul, o que deu espaço para que o território brasileiro fosse se expandindo aos poucos – o que seria oficializado posteriormente no Tratado de Madri.





Fundada em 1616 sem heróis míticos, lendas ou expressivas figuras históricas, Belém foi “Um ato de clarividência política expresso em termos geográficos”, pois sua fundação significou um ato político de Portugal associando “visão política” e “senso geográfico” dentro de um processo estratégico de ocupação e penetração da Amazônia em caráter continental. (Lima, 2008, p. 28)

O objetivo desta expedição era estabelecer bases civis e militares na região para ratificar o domínio português numa zona que, anteriormente, havia sido delineado como limite da colônia espanhola, segundo o Tratado de Tordesilhas<sup>1</sup>. Entretanto, cabe lembrar que a região de floresta amazônica se diferencia por sua vegetação de mata fechada e difícil acesso, além de seus rios e braços de rios cuja navegação requer conhecimentos específicos da área. Diante disto, era claro que a intenção de colonizar o interior do território só seria viável com auxílio de indivíduos que conhecessem a região – portanto, não haveria ocupação da Amazônia sem a cooperação dos povos indígenas que habitavam ali, podendo este processo ser pacífico ou não. (Junior, 2009).

Por possuir este viés geopolítico e militar, o marco da fundação de Belém foi a construção de uma fortificação na Baía do Guajará, este ficou conhecido como Forte do Presépio<sup>2</sup>. Posteriormente, foram erguidas algumas pequenas igrejas na região com a mão-de-obra das comunidades locais, principalmente dos Tupinambás<sup>3</sup>. Devido à materialidade destas primeiras construções, principalmente em taipa, elas não resistiram ao tempo. Mesmo o primeiro forte que fora construído ali, por ter sido feito em madeira e sem técnica especializada, teve de ser reconstruído algumas vezes posteriormente. (Costa, 2007).

<sup>1</sup> O Tratado de Tordesilhas assinado em 1494, ou seja, antes da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil. Ele criava uma divisão imaginária onde uma linha traçada 370 léguas a oeste de Cabo Verde dividia o globo entre Portugal e Espanha para os possíveis territórios a serem encontrados durante as navegações. Essa foi a primeira limitação da colônia portuguesa na América do Sul e, a partir dela, se construíram divisões administrativas dentro do novo território.

<sup>2</sup> O Forte do Presépio ainda é um ponto turístico em Belém, parte do Complexo Feliz Lusitânia. Entretanto, a construção que hoje existe não é exatamente a primeira feita em 1616 e sim um resultando de construções e alterações posteriores.

<sup>3</sup> Os Tupinambás foram um dos povos mais dispostos a interagir com os estrangeiros que chegavam na Amazônia. Sujeitaram-se ao trabalho, religião e, posteriormente, até fizeram parte do processo de miscigenação. Também ficaria conhecido por sua grande participação na miscigenação étnico cultural já que nem todos os povos indígenas aceitaram a chegada dos colonizadores na Amazônia.



Figura 21 - Representação de Theodoro Braga do antigo Porto do Piry (1910)



Figura 20 - "A Fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará" (1908) - Theodoro Braga

Aliado a este interesse geopolítico, ainda havia o intuito de expandir a fé católica que vivia um momento conturbado, perdendo muito de seus adeptos para o protestantismo<sup>1</sup>. Portanto, como pretexto para angariar mais fiéis, representantes de ordens religiosas começam a se inserir em aldeias indígenas a mando da administração portuguesa. Assim, Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas e Mercedários chegam na Amazônia na metade do século XVII para iniciar suas missões de catequisar aquelas comunidades. A priori, aqueles indivíduos imergiram na cultura dessas comunidades, aprendiam seus hábitos e dialetos; para só então introduzi-los o idioma português, os ensinamentos da bíblia e os costumes e regras sociais da metrópole. No fundo, o objetivo era transformá-los em sujeitos portugueses. (Azevedo, 1901)

As obrigações em converter o gentio não se restringiam ao âmbito espiritual. Fazia parte do programa de conversão modificações profundas no seu comportamento, como: a erradicação de seus hábitos de nomadismo; o preparo técnico para trabalhos nos ofícios mecânicos; a mudança na organização espacial de suas antigas tribos, transformando-as em núcleos urbanos; a criação de um regime de trabalho disciplinado e de base agrícola; por fim, a reforma dos seus modos de vida social, criando a estrutura e os vínculos da família cristã. O objetivo maior desse "projeto de conversão" era transformá-los em vassallos úteis e cristãos. (Júnior & De, 2013)

Não exatamente pelo desejo profundo de incluir os povos originários na sociedade portuguesa, ou pela vontade genuína de expandir a igreja de Cristo, transformar aldeias indígenas em aldeias portuguesas reafirmava seu controle geopolítico na região. Os acordos de divisão territorial, outrora como espécie de linha invisível que dividia o globo entre Portugal e Espanha, agora caminhavam para acordos com base no princípio do *Uti Possidetis*<sup>2</sup>, ou seja, a jurisdição das terras do “novo

<sup>1</sup> A Reforma Protestante teve início no século XVI na Alemanha, mas logo se espalhou por toda a Europa. A Igreja Católica Romana entra em crise e passa por uma série de reformas na tentativa de conquistar novos fiéis, a catequese dos ameríndios surgiu como parte dessas medidas além de ser uma justificativa para a ocupação do “novo mundo”.

<sup>2</sup> *Uti Possidetis* é um princípio que ainda hoje é utilizado no direito internacional, significa em latim “como possuiis” e foi usada em uma série de resoluções de acordos territoriais durante processos históricos. Segundo esse princípio, quem tem a posse de determinada terra é quem de fato a habita. Por isso o interesse português criar aldeamentos portugueses no interior da Amazônia, para então expandir o território de domínio português sobre os espanhóis.



mundo” seria exercida por quem, de fato, habitassem-na. Assim, o recém-descoberto território foi sendo dividido entre as ordens religiosas, nessa partilha quem acabou por ficar com a melhor parte e que, posteriormente, se tornaria quase tão poderosa na região quanto a própria Coroa foi a Companhia de Jesus. (Azevedo, 1901)

Já mencionados os motivadores geopolíticos e a legitimação religiosa, o terceiro ponto importante para perceber a colonização daquela região é o interesse econômico. Naquele momento, as drogas do sertão<sup>1</sup> viviam um momento do auge do seu comércio, chegando inclusive a especular-se que estas viriam a substituir os temperos das Índias no comércio internacional – o que não aconteceu de fato. Como aquela zona era por onde se escoava os produtos extraídos da Amazônia e de parte do sertão, dentre os primeiros equipamentos administrativos a serem inaugurados na cidade, em 1625, no antigo Porto do Piry, estava o ponto fiscal que taxava os produtos que estravam e saíam da região por via fluvial, como a recolha de impostos eram com base no peso da mercadoria, o local ficou conhecido como “Casa do Haver o Peso” (Nabiça & Oliveira, 2014).

Como já referido, a zona era de difícil trânsito, a extração destes produtos carecia de uma mão-de-obra que tivesse domínio sobre os caminhos da região. Assim, começa a pressão dos colonos para escravizar pessoas das comunidades indígenas. Até meado do século XVIII terá sido a pior época para estes povos. Com a necessidade de adquirir novos escravos, a maneira mais comum de fazê-lo era as chamadas guerras justas<sup>2</sup>. Comunidades inteiras eram dizimadas, por se negarem à submissão, ao estilo de vida europeu, os que sobreviviam aos combates eram tomados como escravos. Além disso, o movimento dos bandeirantes também sequestrava e escravizava indígenas para seus engenhos. Por fim, aquelas comunidades que se mostravam menos hostis aos colonos, e se deixavam ensinar os hábitos de trabalho supostamente mais civilizados, foram descritos como inaptos aos trabalhos, criando o mito que perdura até hoje do indígena preguiçoso. (Junior, 2009; Monteiro, 2021)

<sup>1</sup> Drogas do Sertão era o nome popularmente usado para produtos oriundo da flora brasileira, como guaraná, castanha-do-pará, tabaco, mandioca, urucum, cacau etc.

<sup>2</sup> Guerras Justas é uma denominação muito criticada atualmente, pois se tratava de embates colonos e indígenas, quase sempre essas comunidades eram dizimadas devido a superioridade bélica. O resultado destas empreitadas era que os indígenas que conseguissem sobreviver a estas guerras, eram escravizados, quase sempre, se tratava de crianças e mulheres, uma vez que os homens costumavam morrer em combate.

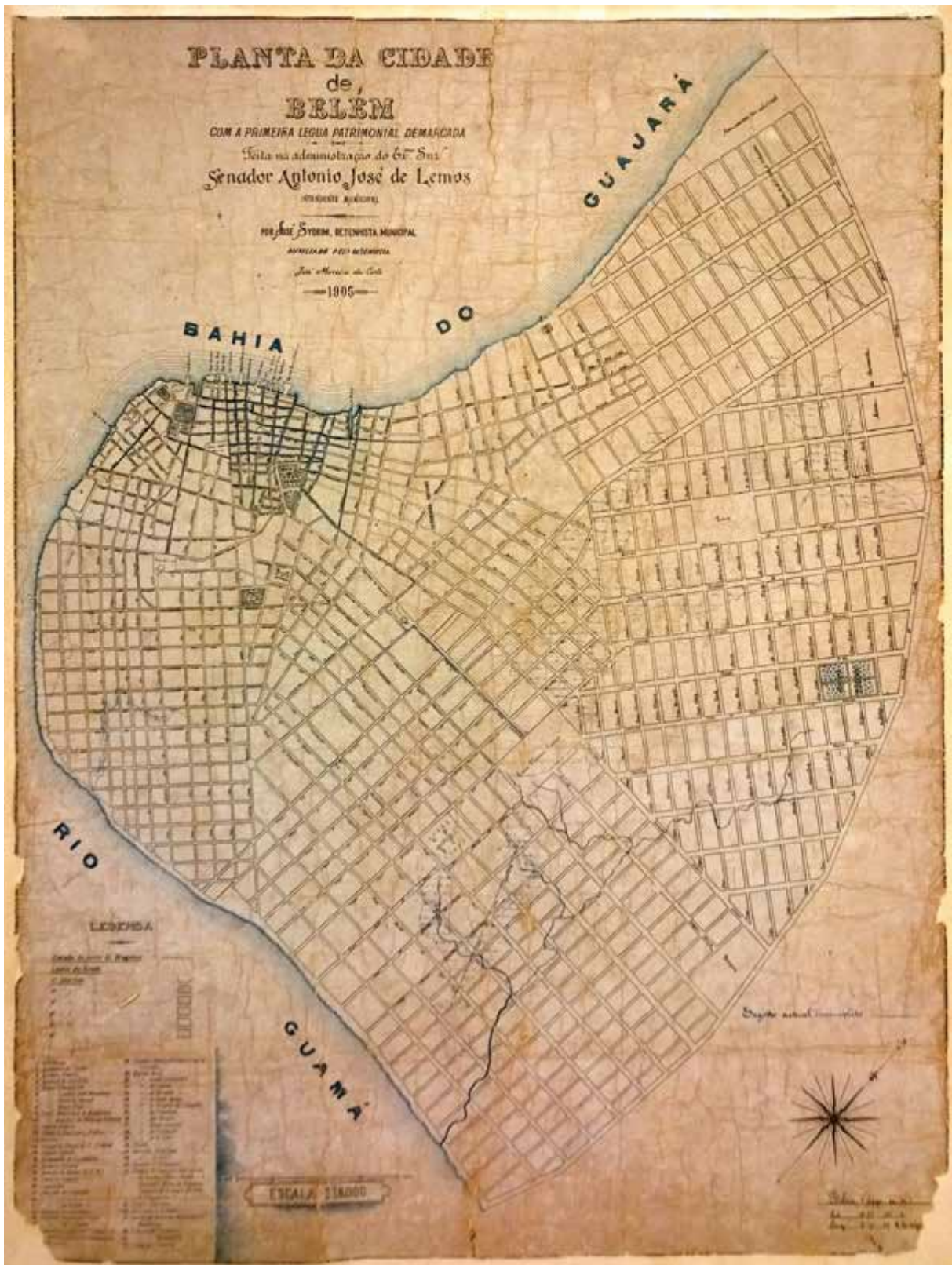


Figura 22 - Mapa de Belém, Jose Sidrim (1905). Fonte IPHAN; acervo de Flavio Nassar

Em 1750 ocorre um evento na metrópole que vai afetar profundamente a vida da população do Estado do Grão-Pará e Maranhão, assume como novo rei de Portugal Dom Jose I e, com ele, seu Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal. A gestão era voltada para centralização do Estado, que havia perdido muito de sua influência para a igreja católica, principalmente para as ordens religiosas. Nesse momento, a Companhia de Jesus era a instituição que mais havia enriquecido na Amazônia, não apenas pelo controle sobre os aldeamentos indígenas, a ordem também era proprietária de terras, gados e plantações. Por esse motivo, todas as ordens religiosas são banidas do território português e suas colônias. (Junior, 2009)

O Estado de Santa Maria do Grão-Pará passa também a ter administração independente do Maranhão em 1751. Mas o que será um dos pontos mais importantes das reformas pombalinas na região foi em relação às políticas indigenistas, a publicação da Lei da Liberdades em 1755, que abolia a escravidão de indígenas e, posteriormente, a Lei do Diretório do Indígena, 1757, que tirava das ordens religiosas a administração dos aldeamentos indígenas. Isto representou uma mudança positiva até certo ponto para a sociedade. O que era esperado pela gestão de Dom José I era que estes povos se dobrassem aos hábitos de trabalhos, assimilassem que este seria o melhor jeito de garantir segurança ao indivíduo, entretanto, o que aconteceu foi uma escassez de mão-de-obra no Grão-Pará. Para então compensar este fato, é criada a Companhia de Comércio, que vai criar uma série de medidas para alavancar a economia da região, entre elas, a compra em massa de escravos africanos para suprir esta carência. (Coelho, 2007)

Portanto, o que temos após os efeitos da gestão pombalina na Amazônia é um território, ainda que de base principal católica, sem mais a influência política das ordens religiosas, e sim um Estado absolutista esclarecido, a milhares de quilômetros de distância que tentava estabelecer-se como forte e irrefutável na região; os representantes deste Estado na colônia eram homens brancos e europeus. Algumas etnias indígenas já haviam sido influenciadas devido às interferências do colonizador, mas continuam como parte marginalizada da sociedade, com raras exceções; outras etnias se negaram totalmente ao contato com os recém-chegados, estas foram as que mais sofreram durante as “guerras justas”.





E, por fim, a base do trabalho e da economia que foram as pessoas escravizadas oriundas de colônias africanas, estes indivíduos também trouxeram consigo seus dialetos, crenças, saberes e costumes que, mesmo sendo tolhidos, resistiram e perduram na cultura paraense até hoje. Cabe lembrar que, hoje, a região é de maioria parda, segundo o censo do IBGE. Isto indique que, primeiramente, este tráfico para o norte foi sim extensivo e que também a miscigenação, bem como no resto do país, talvez tenha sido um dos principais traços da formação étnica brasileira.



Figura 23 - Mercado Ver-o-Peso  
(1901). Museu Emilio Goeldi; fonte:  
IPHAN

## A BELLE ÉPOQUE E ALTERAÇÕES NA CIDADE

Mas é no final do século XIX e início do século XX é que ocorreram as maiores mudanças na região, quando se constatou a existência em abundâncias das árvores seringueiras que forneciam matéria prima para borracha – material largamente utilizado na Europa no pós-revolução industrial. Este fato levou a um período que até hoje permeia o imaginário paraense, chamado de *Belle Époque*. A especulação econômica em torno deste produto levou a um crescimento das cidades da região, incluindo Belém, onde era feito o escoamento do produto pelos portos. (Miranda, 2006)

Belém dia sofrer as consequências diretas do ciclo da borracha, cujo esplendor, significativamente chamado de efêmero, transitório e alucinante, iria deixar profundas marcas na paisagem urbana da capital paraense. (Penteado, 1968, p. 130)

Devido ao comércio internacional da borracha, a cidade de Belém passou a receber cada vez mais imigrantes, entre comerciantes, banqueiros, servidores do Estado e seringueiros que trabalhavam com a extração do látex, etc. Logo, fez-se necessário um grande investimento na região demandado pela classe burguesa, e assim a cidade passa por um de seus maiores períodos de transformação. Arquitetos e urbanistas foram chamados para trabalhar no que viria a ser um símbolo de modernidade na Amazônia. (Barra, 2003)

A Belle Époque ficou marcada pelos grandes investimentos na infraestrutura da cidade, como a implementação de iluminação pública, abastecimento de água, inauguração de linhas de bonde etc. O próprio desenho urbano da cidade era uma retícula inspirada na Lisboa pombalina, feito sob a chancela do intendente Antônio Lemos. Com isso, uma série de edifícios públicos e privados foram construídos no estilo neoclássico europeu, como o Teatro da Paz, a Igreja de Santo Alexandre, a Casa das Onze Janelas, etc. (Barra, 2003; Miranda, 2006)



Durante o período em que a região assiste à expansão econômica, o espaço da cidade caracteriza-se pela estética própria do positivismo da nova burguesia, novos edifícios construídos - palacetes, sede de bancos, escritórios, instituições públicas se modernizam. O interesse da administração pública pelo embelezamento da cidade refletiu na construção de várias obras públicas com materiais importados, sobretudo o ferro. (C. Chaves & Gonçalves, 2013, p. 6)

As mudanças vividas vão estar relacionados com a vontade de transformar Belém numa cidade civilizada e, como já foi visto, o ideal de civilização está historicamente atrelado ao estilo de vida europeu, especialmente para a burguesia brasileira. Portanto, tudo de novo que será inserido, não só na infraestrutura, mas também nas atividades sociais, estética e artes, será parte da vontade de construir uma pequena Paris na Amazônia – não à toa, este período de bonança econômica será chamado posteriormente em francês “La Belle Époque” (I. G. Chaves, 2016).

O motivo da arquitetura de ferro ter sido a escolha para as reformas que aconteceram se deve ao fato deste material ter se popularizado em toda a Europa após a Revolução Industrial. A priori pelo seu desempenho técnico, um material leve e que vencia grandes vãos, posteriormente, se tornou uma escolha estética, o ferro era maleável e permitia que se tentassem novos desenhos em edifícios. O primeiro exemplo relevante que se tem registro é o Palácio de Cristal, construído em 1851, em Londres para uma exibição que acontecia no Hyde Park. Essa construção, em vidro e ferro fundido foi um grande sucesso para o arquiteto Joseph Paxton e levou a técnica a ficar conhecida internacionalmente devido a sua repercussão (Kühl, 1998). Ao fim do século XIX, exemplos de construções em ferro já haviam se espalhado pela Europa, registra-se também haver um excedente na produção da matéria prima que precisava ser escoada, colônias e ex-colônia, países do sul global em geral, eram a principal escolha para a exportação devido a sua supervalorização pela classe burguesa que ascendia economicamente. (Barra, 2003)

No que diz respeito à urbanidade, novos espaços foram construídos na cidade, principalmente praças e mercados. A tipologia do mercado público, diferente das feiras de ruas, popularizou-se na Europa entre os séculos XVIII e XIX, como uma espécie de



Figura 24 – Mercado de Ferro do Ver-o-Peso (1910). Fonte: frenesicultural.com



Figura 25 - Interior do Mercado de Ferro. s.d. Fonte: frenesicultural.com



Figura 26 - Mercado de Ferro, s.d.  
Fonte <https://veroveropeso.wordpress.com/historia-contida/>

produto da cidade industrial, inspirada nos mercados romanos clássicos. Os principais exemplos deste programa, como o Covent Garden (1830) em Londres ou o mercado Les Halles (1854) em Paris, mostram o ferro como uma das principais escolhas para estas construções, primeiramente, por seu desempenho técnico, mas também por representar a modernidade que chegava com a Revolução Industrial. (C. Chaves & Gonçalves, 2013)

Em Belém, o primeiro mercado público é inaugurado em 1867. Conhecido hoje como Mercado da Carne, uma estrutura simples, o edifício foi construído em alvenaria e com apenas um piso. Entretanto, com as transformações do período da Belle Époque, em 1908, o mercado passa por reformas, além da construção de mais um pavimento, o edifício passa a ter quatro estruturas e uma escada em espiral, todos em ferro fundido que foram trazido da Escócia, como já mencionado, era comum sua escolha nesse tipo de programa, o ferro fundido permitia uma maior liberdade criativa na elaboração dos elementos arquitetônicos, possibilitando detalhes ornamentais e uma estética característica da época. Percebe-se nestas mudanças como a cultura europeia começa a permear a região amazônica em sua arquitetura. Esta identidade estética, chega à Belém sobrepondo-se às demais, simbolizando o progresso econômico. As mudanças realizadas pelo engenheiro Francisco Bolonha, até hoje estão presentes no edifício, também conhecido como Mercado Bolonha. Hoje, ele é também parte do chamado Complexo do Ver-o-Peso. (Veiga, 2007)

Mas é em 1901, foi construído um mercado que melhor representará este florescer das artes e arquitetura europeias no meio da região amazônica. Um prédio inspirado no estilo *art nouveau*, com sua estrutura principal em ferro fundido, as obras tiveram início em 1899 e foi um projeto dos engenheiros Bento Miranda e Raymundo Viana . O mercado ficava no local que antes abrigava a casa de impostos da cidade, já que fora demolida 1847, por este motivo ficou conhecido como Mercado do Ver-o-Peso, entretanto, atualmente também é chamado de Mercado de Ferro ou Mercado do Peixe (Veiga, 2007). Este talvez tenha sido o símbolo mais importante da Belle époque na cidade, apesar de não haver registro da procedência do material, o feito demonstra a supervalorização da vanguarda europeia. (Barra, 2003)

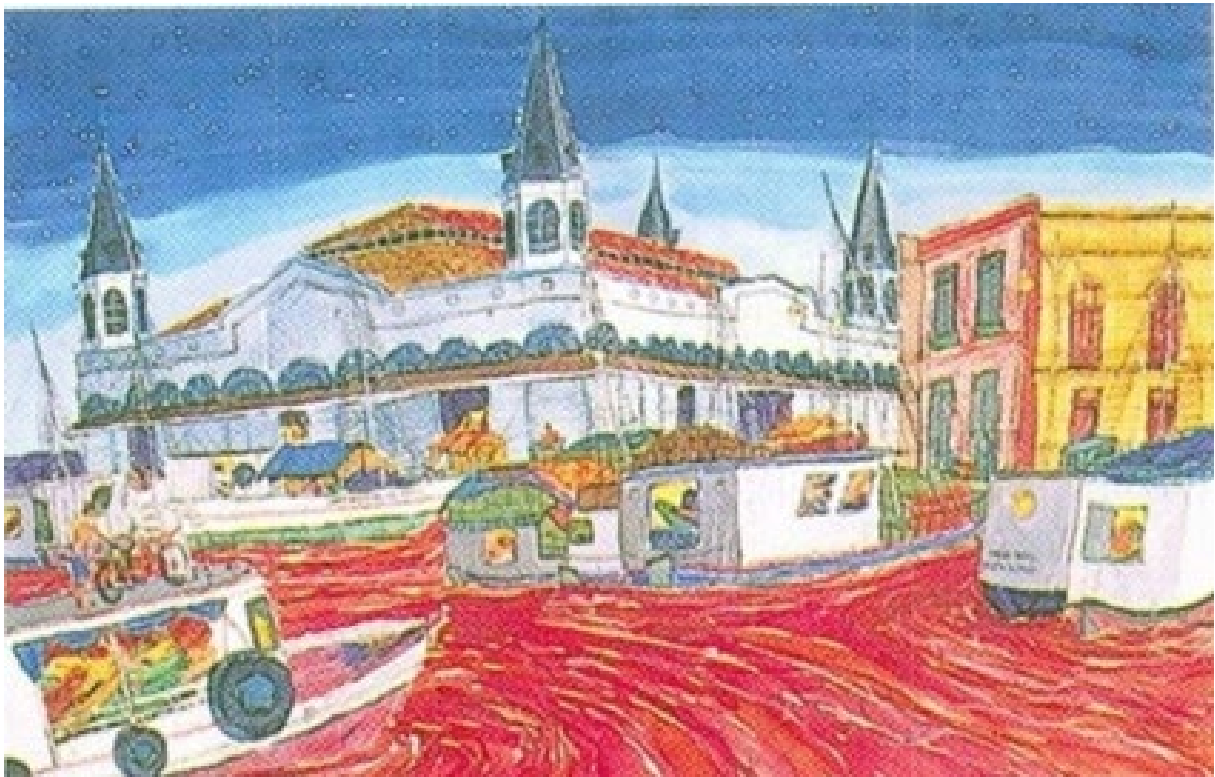


Figura 27 - "Maré Cheia" de Rohit (1977). Fonte: Prefeitura Municipal de Belém



Em virtude de sua posição e das quatro torres que lhe arrematam os cantos chanfrados esse edifício tornou-se marco referencial na paisagem urbana, contribuindo para consolidar a representação do Ver-o-Peso como “cartão postal de Belém”. Nos períodos de maré lançante o edifício dá impressão de flutuar sobre as águas da baía, imagem está incorporada em muitas dessas representações do Ver-o-Peso produzidas por fotógrafos e pintores. (Lima, 2008, p. 46)

O edifício consiste em uma planta retangular de 31m por 67m cujas arestas são arrematadas por 4 torres. Todo o perímetro é composto por lojas (de 3mx5m) que têm acesso direto com o exterior, além dos 4 acessos para o mercado. Em seu interior, há uma grande área coberta de 57m por 21m. Sua fachada possui pouco mais 8 metros de altura.

Cabe lembrar que o mercado foi construído bem ao lado do antigo Porto do Piry, local por onde chegaram as menores embarcações em Belém, vindos do interior e com produtos da floresta em sua maioria, local onde havia trocas comerciais desde a gênese da cidade. Aquele lugar, desde logo se tornou um ponto de dualidade, já que era um encontro entre as comunidades ribeirinhas que viviam aos arredores e os indícios de metrópole que começavam a se desenvolver ali. Era um espaço de troca intensa, comercial e cultural. As instalações do mercado não era o único local de troca, devido a sua localização onde chegam as mercadorias do interior da região amazônica: as ervas, os peixes, as frutas, etc. (Cruz, 1962)



Figura 28 – Erveira da feira do Ver-o-Peso; foto de Paulo Santo; fonte: panamazonica.info

## A EVOLUÇÃO DO VER-O-PESO

### **Ver-o-Peso: maior feira a céu aberto da América Latina.**

Mercado livre. Ver-o-Peso: por si só um lugar de passagem, um ambiente onde as relações comerciais são predominantes. E há negociações por todo lado. Há infinitos ofícios e modos de fazer que estão demarcados nos vários chãos, que se estendem em calçadas, que margeiam o itinerário da Pedra, que ancoram as embarcações assoberbadas da fartura produzida pela região. O trabalho nasce antes mesmo do lugar Ver-o-Peso. Nasce à beira da praia, agora inexistente. No primeiro núcleo urbano da Amazônia. No primeiro vestígio de porto. Na primeira necessidade de ancorar.

(Nabiça & Oliveira, 2014, p. 51-52)

Atualmente, o Ver-o-Peso é um complexo urbanístico e paisagístico de mais 25.000 metros quadrados que alberga vários espaços públicos, entre edifícios, praças e a feira aberta que é considerada a maior da América Latina. O complexo foi reconhecido como patrimônio brasileiro pelo IPHAN em 1977 e está sob a administração da Secretaria de Economia da Prefeitura de Belém (SECON). Os espaços que fazem parte do complexo são: os dois mercados construídos no início do século XX; o solar da beira, a antiga Recebedoria de Rendas do Estado do Pará que substituíra a primeira casa de impostos do Belém e hoje é conhecida como Solar da Beira; a feira do Ver-o-Peso; as docas que são o local de chegada das mercadorias, onde anteriormente



Figura 29- Imagem de satélite do Complexo do Ver-o-Peso

fora o primeiro porto da cidade; a praça do relógio; praça do pescador e a feira do açaí. Todos esses espaços representam uma parte importante da história e cultura paraense. (*Portal IPHAN, 2014b*)

Como já foi citado, o Ver-o-Peso nasceu como uma casa de impostos, mas passou por uma série de mudanças ao longo de 4 séculos de existência. As intervenções feitas nesse espaço afetaram diretamente a população que o usufrui, seja no papel de trabalhador, consumidor e até os transeuntes posto que o Ver-o-Peso é um local que acolhe memórias dos moradores de Belém. Portanto, cabe analisar os impactos positivos e negativos sobre os seus usuários ao longo dos anos e em função das intervenções realizadas, seja de forma direta ou indireta.

Sabe-se que a casa de impostos que ficava ao pé do antigo porto da cidade trouxe para o local um fluxo intenso de mercadorias e trocas comerciais que perduraram mesmo após a sua demolição. Percebeu-se que alguns pequenos estabelecimentos comerciais e vendedores ambulantes instalaram-se ali criando uma espécie de atmosfera propícia para o comércio que se conservou com o passar dos séculos. Para além do Mercado de Ferro, o comércio informal no exterior do edifício perpetuou-se, apesar das intempéries e diversas intervenções, até os dias atuais, hoje, no papel dos ambulantes. (*Veiga, 2007*)

Em 1948, registros historiográficos da cidade de Belém relatam a existência de um mercado à céu aberto que se desenvolvia entre o Mercado de Ferro e o rio, local aonde chegavam as mercadorias. O chamado “Mercado da Praia” é descrito como uma aglomeração desordenada, sem infraestrutura ou saneamento, onde havia comércio de mercadorias genéricas, tais quais artigos de cozinha, legumes e verduras, mas também eram de produtos amazônicos, principalmente as ervas que serviam não só para fins medicinais, mas também para realizar as simpatias<sup>1</sup> que fazem parte da cultura e folclore paraense. Essas ervas entravam na capital pelas docas, que costumavam ser o antigo porto da cidade e que, até hoje, é o local de entrada da maior parte dos produtos comercializados no Ver-o-Peso. (*Penteado, 1968*)

<sup>1</sup> “Simpatias” são pequenos rituais que fazem parte das crenças folclóricas amazônicas. Normalmente, são conhecimentos populares repassados oralmente entre gerações. Alguns exemplos comuns de simpatias são poções para atrair o amor, afastar o azar ou o mau-olhado, trazer prosperidade e fortuna, entre outros.



Figura 30 - Feira do Açaí no momento que a mercadoria é descarregada das embarcações



Figura 31 - Imagem do Mercado de Ferro tirada do Rio, é possível ver as embarcações que vão e voltam de madrugada com mercadoria. Foto de Walda Marquês; site Revista Design; fonte: [revistadesign.com/ver-o-peso-ja-foi-uma-grande-praia-explicou-flavio-nassar/](http://revistadesign.com/ver-o-peso-ja-foi-uma-grande-praia-explicou-flavio-nassar/)

Ainda sobre o relato de Antônio Penteado (1968), ao regressar ao mesmo local nos anos 60, deparou-se com uma situação bem diferente da observada anteriormente. Sob intervenções do Governador Alacid Nunes<sup>1</sup>, a feira já estava mais organizada, havia uma maior preocupação com armazenamento e higiene dos produtos, além disso, também se criou um ordenamento informal entre os feirantes com a recolha de taxas para investir na segurança da área. Segundo a pesquisadora Maria Doroteia de Lima (2008) aquilo já pode ser lido como uma fase embrionária do sistema organizacional do Ver-o-Peso atual.

Portanto, observa-se que, mesmo num momento em que o Mercado não carregava a importância que traz hoje, havia um consenso por parte do Estado e dos utentes em que a Prefeitura deveria prover a infraestrutura básica e os próprios trabalhadores criavam um microsistema de organização em que os indivíduos tentariam suprir as faltas do poder público no local. Assim, mesmo antes de seu reconhecimento, este espaço de Belém foi se perpetuando ao longo dos anos, mantendo, mesmo que em diferentes circunstâncias, a mesma essência. (Lima, 2008)

Hoje em dia, o antigo Mercado da Praia se tornou na maior feira a céu aberto do país e, apesar de ter se tornado um dos maiores pontos turísticos de Belém, o local não perdeu sua essência. A feira do Ver-o-Peso reúne diversos produtos, maior parte deles é regional e chega a partir do pequeno cais localizado no complexo. Dentre os vários setores da feira, destacam-se a de ervas medicinais, frutas e castanhas, artesanato, dos bares, de refeições etc. Mesmo com a gestão da prefeitura, os feirantes ainda mantêm um ordenamento entre si, principalmente onde existe a ineficiência do poder público.

O Complexo reúne materialmente diversos elementos relevantes e constituintes da variedade cultural de Belém e do Norte brasileiro, sendo uma interseção entre a realidade de rio e ribeirinha com o ambiente urbano e de terra firme. Mesmo com as diversas transformações nos fluxos urbanos da cidade ao longo da história, continua o principal ponto de ligação com o comércio fluvial, interiorano e extrativista. Importante ponto de comércio, também se

<sup>1</sup> Alacid Nunes, militar de carreira e político durante a época da Ditadura Militar. Nunes foi Governador do Pará por dois mandatos e prefeito de Belém – cabe lembrar, cargos adquiridos de forma não democrática.

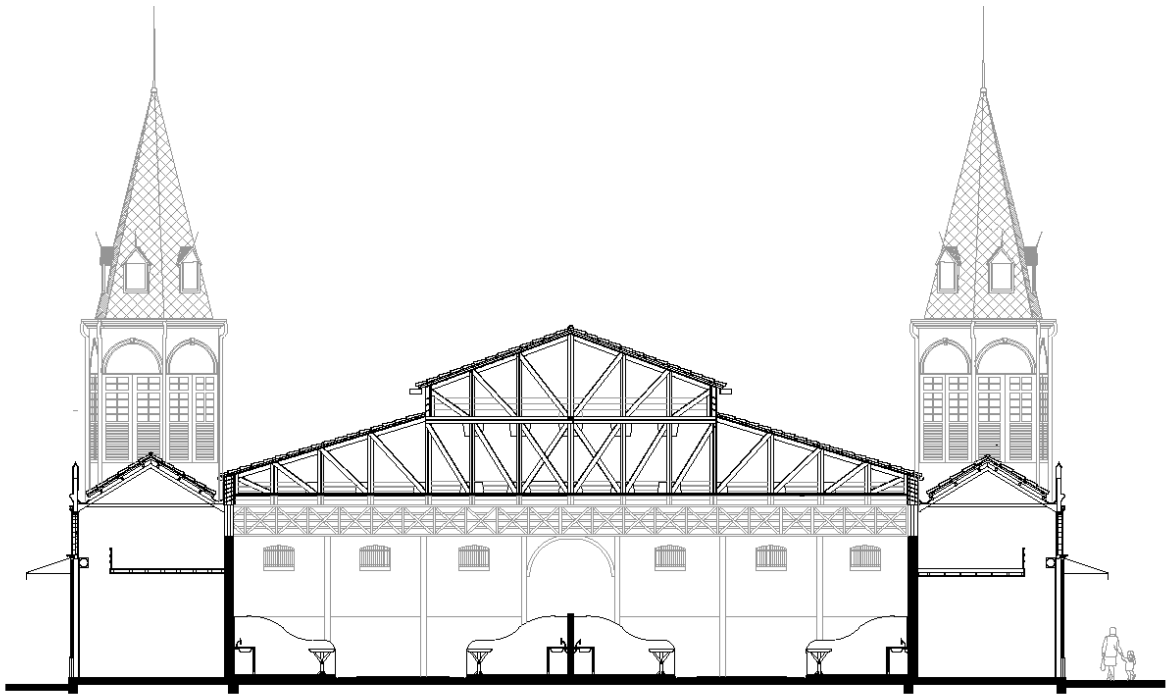


Fig. 33: Corte transversal do Mercado de Ferro.  
Desenho: Iphan, 2014.

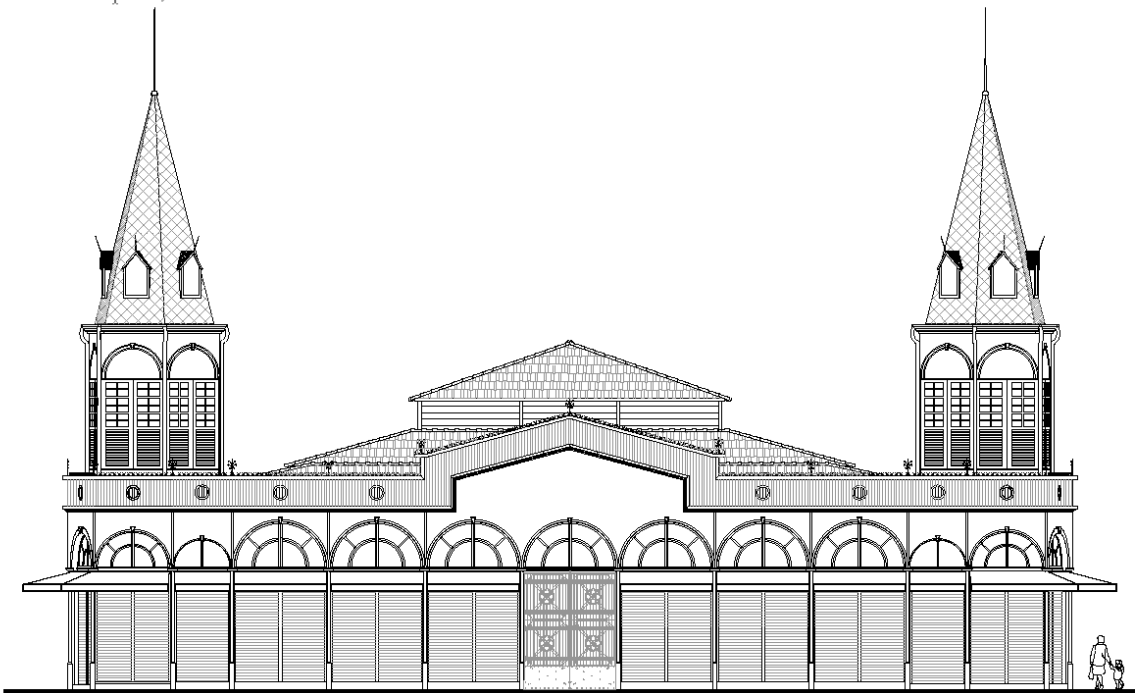


Fig. 34: Fachada lateral do Mercado de Ferro.  
Desenho: Iphan, 2014.

Figura 32 - Corte e fachada do Mercado de Ferro. Levantamento feito em 2014 pela equipe tecnica do IPHAN. Acervo Biblioteca Aloisio Magalhaes



constitui elemento cultural dessa, capaz de resguardar identidades, memórias, projeções e olhares, com um vasto microcosmo de relações interpessoais e reciprocidades” (Vieira, 2020, p. 99)

É preciso ter em mente que o Ver-o-Peso não é mais uma feira de Belém pois o mercado foi criado ao lado do porto que era o grande fornecedor que abastecia a cidade. Até hoje, o espaço é vivo mesmo durante a madrugada, pois quando todos os clientes foram embora e o Mercado de Ferro se encerra, o comércio exterior é intenso. Os produtos que chegam do interior na Pedra do Peixe, são comercializados ali, a beira rio, não apenas para serem vendidos no Ver-o-Peso quando o sol nasce novamente, mas também para outros feirantes, de outros mercados. Em suma, a Pedra do Peixe é como uma artéria, que abastece não somente os outros comércios do complexo, mas sim toda a cidade, outras feiras, outros mercados, pequenos comércios etc. (SescTV, 2014)



## REFORMA DE 1985

Já se sabe que a feira externa tinha passado por algumas reestruturações e que ambos os mercados, vez ou outra, passavam por reformas menores. Entretanto, faltava uma intervenção que tratasse aqueles ambientes como uma coisa só. Não que não fosse algo já pensado pela população em geral, mas isto também implicava num investimento muito maior, que considerasse o Ver-o-Peso como um complexo organismo, cujos espaços são intimamente relacionados uns aos outros.

Então, em 1985, o Ver-o-Peso passará pela sua maior intervenção até aquele momento, promovida pela Secretaria Municipal de Urbanismo, durante o governo do Prefeito Almir Gabriel<sup>1</sup>. A reforma incluiu o restauro dos edifícios do Mercado de Ferro, Mercado Bolonha, Solar da Beira, além da requalificação do quiosque que antes era floricultura e passou a ser o “café chic”. A feira exterior também estará dentro do plano de intervenção, já que essa será reorganizada e padronizada. Percebe-se naquela intervenção o intuito de deixar aquele espaço mais palatável para visitantes externos e não apenas consumidores. (Lima, 2008)

Cabe, entretanto, detalhar o estado que se encontrava o Ver-o-Peso antes desta intervenção. O prédio de ferro havia sofrido algumas alterações, especula-se que tenha sido por parte da prefeitura, entretanto, não há um registro específico acerca disso. Na fachada, fora construída uma marquise de concreto que circundava todo o perímetro do edifício, destoando da materialidade da obra. As portas de madeira do projeto original foram substituídas por portas de ferro, possivelmente por uma questão de segurança. No seu interior, o edifício também sofreu algumas mudanças já que os talhos tiveram sua configuração alterada, inicialmente feitos em madeira e mármore, foram substituídos por peças de alvenaria revestida com cerâmica branca. Nesse sentido, o restauro do prédio focou-se principalmente na fachada dos edifícios e nos talhos no seu interior. (Veiga, 2007)

<sup>1</sup> Almir Gabriel (1932-2013), filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, foi prefeito de Belém entre 1983 e 1986. Também teve outros cargos políticos no Estado, como Senador e Governador. Cabe lembrar que, durante o seu período frente à Prefeitura de Belém, o Brasil vivia o período de ditadura militar, que duraria até 1989, portanto, para este cargo, Almir Gabriel foi nomeado pelo então Governador Jader Barbalho, e não eleito democraticamente – diferente do seu mandato como Senador da República e Governador do Estado, este assim conquistado a partir do voto popular.



Figura 33 - Imagem do Ver-o-Peso após a reforma de 1985; observa-se a feira padronizada, o Solar da Beira e mais ao fundo o mercado de Ferro. Fonte: arquivo do jornal O Liberal

Contudo, a principal mudança foi a revitalização da feira do Ver-o-Peso. Como já mencionado, o comércio exterior tinha uma certa organização que se fazia entre os trabalhadores da feira, isto é, apesar do caráter desorganizado na espacialidade, o ordenamento e gestão cabia aos feirantes que, em sua maioria, exercia aquele ofício que lhe fora passado pelos pais. Desse modo, a feira passa por um processo de ampliação, reorganização, incluindo a padronização dos quiosques para que houvesse maior harmonia visual no espaço. Foi investido também na infraestrutura do local, garantir melhores condições de higiene e armazenamento dos produtos perecíveis. Tudo isso, entretanto, foi feito à revelia da opinião popular e das necessidades dos utentes do espaço, o que acarretará impactos negativos para a feira posteriormente. (Forte & Sanjad, 2015; Lima, 2008)

O espaço é reinaugurado em outubro de 1985 e passa só então a ser conhecido como “Complexo do Ver-o-Peso”. Porém, os efeitos positivos das obras não foram duradouros. As reformas desconectadas com a real demanda dos trabalhadores locais, principalmente os feirantes, fizeram com que intervenções espontâneas fossem realizadas nas barracas da feira. Placas de fibrocimento, lonas e outros materiais improvisados foram adicionados às barracas com o passar do tempo, destruindo assim, a padronização que acabara de ser feita. Além disto, essas alterações dificultaram a circulação e aumentaram a temperatura no local, o que também contribuiu para o deterioramento das condições sanitárias. (Forte & Sanjad, 2015).

É fato que a falta de consulta popular foi um dos principais fatores para o fracasso desta intervenção. Em uma pesquisa com os trabalhadores do Ver-o-Peso realizada por Maria Dorotéa de Lima (2008, p. 54), os feirantes descrevem todo o processo como “traumático e autoritário”. Num conjunto de entrevistas feitas pela pesquisadora (2008, p. 52), uma feirante relate as condições que resultaram desta intervenção.

[...] Essa revitalização de 80, em seguida virou uma favela, porque as pessoas colocavam o plástico da cor que queriam, do jeito que queriam, metiam telha brasilit, enfim, papelão, era uma verdadeira favela. Ai se formou uma coisa muito feia mesmo. Feio porque não existe a fiscalização da prefeitura pra o que está acontecendo de ruim



Figura 34 - Imagens da feira pouco mais de 10 anos após a reforma. Fonte: arquivo do jornal O Liberal

na feira, pra eles darem manutenção “olhe, eu não quero que vocês coloquem plásticos, papelão, ou qualquer coisa parecida que vai descaracterizar o projeto”, mas não, não houve essa preocupação da prefeitura, ai virou uma favela. É horrível (Lucineide das Chagas Aragão, jan./2007)

Não se pode negar a vontade de melhorar o espaço externo por meio daquelas intervenções, a questão aqui foi o que se priorizou na reforma. Sem entender a necessidade espacial de cada setor da feira, os estandes foram ajustados com mesma medida e padrão, a setorização arbitrária tirou feirantes que já trabalhavam há mais de uma geração no mesmo sítio e lançou-os para outro local num rearranjo que fora decidido apenas por agentes da prefeitura. Nota-se aqui como o conceito da melhoria urbana é abstrato e quase nunca com intenções verdadeiramente democráticas.

É sempre importante ressaltar que essa reforma foi realizada no final do período da ditadura militar<sup>1</sup>, quando o prefeito não havia sido eleito democraticamente e sim indicado para o cargo. Mesmo que não caiba aqui julgar as intenções por trás da reforma, uma coisa é fato, na década de 80 a maneira de se fazer administração pública em todo o Brasil era essa. Existia uma elite política e, com ela, uma série de especialistas (arquitetos, urbanista, engenheiros etc.) que eram apadrinhados dessa classe; entre este seleto grupo é que se fazia decisões do rumo da cidade, dos seus espaços vitais, do seu patrimônio, sem consulta da população, dos utentes, dos feirantes. Em suma, num espaço tão importante, é feita uma reforma por alguns homens, sem muitos registros do processo, sem grandes explicações das escolhas feitas e, menos ainda, de prestações de contas.

Pela falta de um espaço que realmente suprisse a necessidade dos feirantes além da falta de recursos para a manutenção adequada, registra-se que, por volta de uma década depois, todas as melhorias feitas no espaço sequer podiam ser notadas. Mas, o que se tem de registros que antecederam a grande reforma de 1999, é que a feira estava crescendo sem precedentes, que parte da deterioração das condições sanitárias que se seguiram a reforma de 80 também seriam, em parte, devido ao grande

<sup>1</sup> Não existe uma data correta para o fim da Ditadura Militar Brasileira, mas muitos consideram que terá sido com a nova constituição de 1989. É fato que em 1985 o país já se encaminhava para a redemocratização, mas ainda havia, intrínseco nos processos burocráticos, o autoritarismo construído em todos os 20 anos de ditadura.





número de feirantes, que foi se agregando de forma irregular, e vendedoras ambulantes que também faziam uso do espaço (Forte & Sanjad, 2015). É sempre importante lembrar que, mesmo nos momentos que a feira do Ver-o-Peso se encontrava em absoluto descaso, nunca deixou de ser um dos pontos mais importantes de comércio da cidade, sempre vivo e sempre frequentado pelos moradores da cidade.



## A ÚLTIMA GRANDE REFORMA

O estado extremamente degradado de um dos maiores ícones de arquitetura e urbanismo paraense levou a última e maior reforma, promovida pelo prefeito Edmilson Rodrigues<sup>1</sup>, entre 1999 e 2004. Um concurso público para a intervenção no espaço foi organizado pela Prefeitura de Belém e Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), que teve como vencedor o escritório de arquitetura do Rio de Janeiro de Flávio de Oliveira Ferreira; o concurso não deixa de ser parte da estratégia de transmitir para o resto do Brasil aquela local histórico e a cultura com ele presente. (Cardoso, 2011)

Esta intervenção, entretanto, diferencia-se das outras por incluir, juntamente com o plano de reformas, restauros, a participação das pessoas que trabalhavam nas feiras e nos mercados. A reforma também visava a inserção de Belém na rota turística brasileira, via-se naquela feira, junto ao patrimônio arquitetônico, constituía também patrimônio cultural já que parte do que é comercializado no Ver-o-Peso é um bem exclusivo da Amazônia; viabilizando, a partir da intervenção arquitetônica, um espaço físico onde se poderia conhecer o patrimônio da Amazônia, um local digno de se tornar um ponto turístico relevante, sem, entretanto, perder a participação ativa na economia local. (Forte & Sanjad, 2015)

Este projeto carregava uma enorme importância para a cidade, não apenas por se tratar das gêneses de Belém, o mercado e a feira assumiram um papel de documento histórico neste caso, mas também por sua importância na economia e cultural regionais, sendo um palco ativo de vivências e memórias das pessoas e da cidade. O Ver-o-Peso é um local onde as divergências convergem entre si, a dualidade entre a obra arquitetônica antiga e perene e a feira que se desenvolvia desorganizadamente no espaço, com um caráter efêmero a priori, mas que persistiu resiliente ao tempo; apesar de opostas, uma coisa não tinha a mesma importância sem a outra. (Lima, 2008)

<sup>1</sup> Edmilson Rodrigues, natural de Belém, foi Prefeito durante dois mandatos de 1997 a 2005 e, atualmente, se encontra novamente neste cargo. Edmilson, durante sua primeira gestão foi eleito pelo Partido dos Trabalhadores, cujo ideal era criar gestões que priorizassem as classes mais baixas e marginalizadas da sociedade de maneira mais democrática. Talvez por esse motivo, o Prefeito teve um esforço a mais para incluir a participação popular na revitalização do Ver-o-Peso. Atualmente, Edmilson é filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).



Antes desta intervenção, o exterior do edifício estava desgastado, as frequentes chuvas de Belém aceleraram o processo de oxidação da fachada de ferro e aparecimento de manchas de umidade na marquise de concreto. Portanto, a primeira fase do projeto focou em restaurar as fachadas, e as torres do mercado, tentando ao máximo respeitar as características originais da obra. Já a segunda fase foi direcionada para a parte interna do mercado. Os talhos passaram a ter duas bancadas, uma para que o peixe fosse tratado e outra para expor a mercadoria, elas passaram a ser de concreto com uma placa de aço inoxidável na superfície. (Veiga, 2007)

Entretanto, a reforma tinha como principal foco, para além o restauro dos edifícios do complexo, era revitalizar a feira, não apenas embelezando e padronizando no ambiente externo ao mercado, mas também dando uma condição de trabalho digna aos feirantes que utilizavam aquele espaço. Entre as diretrizes da reforma, havia uma grande preocupação com a Feira do Ver-o-Peso devido ao seu avançado estado de degradação, que fora acelerado pelo aumento de número de feirantes ali. A feira precisava de uma reforma profunda e isto, pela sua demanda, alteraria bastante a paisagem, por esse motivo, o prefeito toma a decisão de lançar este concurso. O projeto vencedor, obra do arquiteto Flávio de Oliveira Ferreira, promoveu reuniões com os utentes do espaço, em especial os feirantes, para desenvolver uma solução inclusiva e participativa. (Lima, 2008; Veiga, 2007)

Percebe-se aqui alterações na maneira de se pensar a intervenção no patrimônio brasileiro. Pela primeira vez, a participação popular vai ser levada em consideração para construir e restaurar, para além disso, o fato de a prefeitura promover formações e ministrar cursos além de fazer cadastro oficial das pessoas que trabalham ali e que, na prática, são quem mantém viva a cultura paraense mostrar uma quebra de paradigmas significativa na arquitetura, patrimônio e gestão paraenses. Em suma, nesta reforma, a grande protagonista foi a feira e os utentes daquele espaço, reconhecendo uma necessidade que há décadas era protelada.

A dinâmica da feira do Ver-o-Peso constitui elemento predominantemente original, sobrevivendo às transformações económicas, políticas e sociais, e conseguindo manter seu uso primitivo, se reafirmando como um dos principais entrepostos



Figura 38 - Lonas da feira com o Mercado de Ferro ao fundo. Crédito: Dorival Moreira (afar.com.br)



Figura 37 - Ver-o-Peso após a entrega da reforma em 2004. Fonte Site do Prefeito Edmilson Rodrigues (<https://www.edmilsonpsol.com.br/2002-edmilson-inaugura-o-novo-ver-o-peso/>)

comerciais da cidade. O projeto de intervenção executado, que faz parte da atual paisagem arquitetônica e urbana da área, também teve uma enorme representatividade para a arquitetura das feiras, por conseguir manter o Ver-o-Peso organizado por um longo período, pela primeira vez. (Forte & Sanjad, 2015, p. 195)

É fato que, com o aumento significativo no número de feirantes desde a última reforma, havia uma nova demanda de estender a zona de quiosques, para comportasse todos de maneira salubre e adequada. Portanto, a materialidade também foi uma questão, uma vez que as feiras, por definição, trazem um caráter de organização efêmera não caberia o uso de técnicas construtivas que alienassem àquele espaço o caráter de feira aberta, mesmo que, como já visto, a feira fosse mais antiga que o Mercado em si e, provavelmente, continuará naquele mesmo lugar para a posteridade.

Consta que tenha sido a primeira grande obra de revitalização em uma feira livre no Brasil. O projeto vencedor propunha uma intervenção ousada para a feira externa e chegou a levantar muitas críticas na época, até então, todas as intervenções na feira livre tinham o intuito de não se sobressair no desenho urbano, havia quase um pacto mudo de que o protagonista tinha que ser o Mercado de Ferro. O desenho ganhador de Flávio de Oliveira Ferreira propunha a inserção de um novo material de lonas brancas tensionadas que se destacava pelo ar contemporâneo que contrastava com aquele edifício de cariz neoclássico, como justificção, os arquitetos citam Rossi (2022), usando aqueles dois espaços como metáfora para locais de permanência e não permanência que compõe a cidade. (Forte & Sanjad, 2015).

As lonas formariam uma espécie de ondulado, onde as partes mais baixas teriam aberturas para a circulação de ar e saída das águas pluviais, e a parte mais alta seria vazada, também para a circulação do vento tendo em conta as altas temperaturas da cidade. Cada estande está padronizado, segundo entrevista com os arquitetos (SescTV, 2014), as medidas foram todas pensando juntamente com os feirantes de acordo com a necessidade e espaço que os produtos ocupariam. Dessa forma, aquele mar de lonas brancas ocupou os arredores do Mercado de Ferro e do Solar da Beira e o que, de início fora criticado, se tornou parte da paisagem da Belém.





Entre os feirantes, existe um consenso de que as mudanças feitas 1999 foram feitas de forma mais democrática, fazendo-os parte ativa nas alterações em todos os momentos. Como já citado, o mercado e a feira eram fortes movimentadores da economia local, portanto, uma das preocupações da prefeitura era trazer o Ver-o-Peso para a rota turística sem, entretanto, afastar a população do local, isto é, não era intenção de projeto de revitalização que o local sofresse um processo de gentrificação. Para tanto, também foi parte da reforma a organização dos trabalhadores em si. (Lima, 2008)

Em entrevistas realizadas pela pesquisadora Maria Dorotea de Lima (2008, p. 57), em 2007 acerca do andamento da reforma realizada, há relatos por parte dos trabalhadores comparativamente à reforma realizada nos anos 80, onde o feirante relata que, durante a gestão de Edmilson Rodrigues, ele fora “fiscal” no processo. É possível então perceber que a inclusão popular na tomada de decisões fora um importante instrumento, não apenas para que o projeto tivesse maior êxito, mas também para aumentar a percepção de apropriação da própria cultural, ou seja, que a população que de fato vivencia aquele espaço deve ser parte também na tomada de decisões, uma vez que as pessoas que ali habitam são também responsáveis pela perpetuação da feira externa. Numa análise mais objetiva, é fato que as lonas que prometeram durar 20 anos, já passam deste prazo. A solução, ainda que com suas críticas, foi a que teve maior durabilidade e adesão.



## CONTRAPONTO À REFORMA

Com toda a história e a simbologia que carrega, já se sabe que intervir no Ver-o-Peso não é uma tarefa fácil. A reforma teve a responsabilidade de preservar as características originais do edifício, restaurando-o, ao mesmo tempo em que se propôs a intervir na feira exterior de maneira democrática e responsável, evitando problemas similares aos ocorridos em todas as intervenções anteriores.

Sabe-se que esta reforma foi, sem dúvidas, mais próspera que a anterior e, mesmo após duas décadas da sua construção, as lonas brancas ainda estão presentes na paisagem. Entretanto, é importante apontar algumas falhas que se mostraram mais visíveis com o passar dos anos. Segundo o registro etnográfico de André Luiz Cardoso (2011) durante entrevistas realizadas no ano de 2008 no Ver-o-Peso, registra-se que a estrutura das lonas brancas permanecem lá, porém foram adicionados em alguns pontos da estrutura redes, alterando a fisionomia do espaço.

em vários trechos do mercado percebemos adaptações populares que vão sendo enfeitadas, marcando inclusive a distinção entre vários trechos e virando referências totêmicas de identificação dos lugares. assim, é comum que as calhas criem pontos de sinalização. os próprios feirantes indicam, por exemplo, a localização de barracas perto da calha colorida, uma barraca perto da calha azul etc. essas transformações, adaptações informais, sofreram grande resistência dos agentes fiscalizadores; no caso do Ver-o-Peso, da SECON<sup>1</sup>, mas, com o tempo, essas questões vão ficando incontroláveis pelos fiscais, e acabam se perpetuando no local. (Cardoso, 2011, p. 171)

Isto se deve ao fato de o desenho da lona, em sua abertura, permitir a entrada de água pluvial e, devido às intensas chuvas do clima amazônico, tornou-se um problema frequente para os feirantes. Percebe que, novamente, o projeto peca não pelo desenho em si, ou pelo intuito da obra e sim pelo desprezo da opinião popular como

<sup>1</sup> SECON é a Secretaria Municipal de Economia de Belém.



Figura 39 - Feira do Ver-o-Peso com improvisos feitos devido às chuvas. Fonte: SescTV



Figura 40 -  
"Lonas" criadas  
pelos feirantes  
para evitar a  
entrada de chuvas  
(2010). Foto de  
Andre.

mais contundente ou decisiva durante o processo já que nem todos os trabalhadores do Ver-o-Peso se sentiram parte ativa na fase de concepção estrutura da nova feira. Conflitos entre os feirantes e a o escritório vencedor do concurso, ou até mesmo a prefeitura foram marcando durante todo o processo, já que a população reivindicava uma participação mais ativa não concepção do projeto, para além das reuniões que aconteciam entre os representantes de cada setor – dos feirantes, da prefeitura e do escritório de arquitetura. (SescTV, 2014)

Registra-se que houve alguma crítica pelo fato de o escritório de arquitetura não ser do Estado do Pará tampouco nem nenhum dos arquitetos envolvidos na obra serem paraenses, o que poderia ter sido um problema pela falta de repertório no clima da região. Outra crítica comum foi a de falta de diálogo com os feirantes já no fim das obras; o que começara como um diálogo aberto entre as três partes – prefeitura, arquitetos e feirantes – terminando num projeto a portas fechadas onde os principais afetados pelas obras não puderam mais dar sua opinião. (Cardoso, 2011)

Uma das classes que melhor representa o Ver-o-Peso é as erveiras, mulheres que trabalham com saberes ancestrais, transmitidos de geração a geração e que, há anos, ocupam o mesmo lugar na feira, fazendo seus remédios, suas poções etc. Este setor foi talvez um dos que teve maior embate com os arquitetos, já que lhes parecia que a padronização proposta não serviria para uso. Uma das feirantes relata em entrevista que o tamanho das bancas lhe foi enganado, e que era pequeno demais para caber a mercadoria, outra diz que as mulheres que tiveram que desembolsar recursos para comprar telas de proteção, já que os estandes desenvolvidos pelos arquitetos não eram bem protegidos de furtos e a feira é aberta. Quando perguntada sobre a participação dos feirantes, uma das erveiras afirmou nunca ter sido consultada, e que havia apenas um representante geral dos feirantes. (Cardoso, 2011)

Hoje a feira está cheia de remendos, improvisos feitos pelos feirantes em diversas partes do Ver-o-Peso; seja por causa da segurança, da chuva, do tamanho que foi inadequado, do calor etc. Entretanto, a feira segue viva, sempre frequentada, nos seus altos e baixos; e, mesmo sob as críticas feitas, ainda cabe afirmar que esta reforma foi a primeira que saiu do âmbito dos restauros e fez, para além disso, uma revitalização urbana, preocupando-se com toda a zona que cerca o Complexo do Ver-o-Peso e pensando-o como um pensado para pessoas espaço para as pessoas.



Figura 41 - Ocupação do Solar das Artes, fotografias retiradas do perfil de facebook do "Solar das Artes"; disponível em <https://www.facebook.com/profile.p>



## O CASO DO SOLAR DA BEIRA

Durante a última grande reforma, um dos edifícios que passou por um cuidadoso trabalho de restauro foi o Solar da Beira. O prédio, que não possui registro exato da data de construção e costumava ser uma sede administrativa de Belém, é então reformado e requalificado para se tornar um restaurante e centro de eventos. Sua localização, no coração da feira de Ver-o-Peso, com vista privilegiada ao Mercado de Ferro eram aspectos promissores para o sucesso daquele espaço. Entretanto, ao longo dos anos, o Solar foi caindo no abandono por parte da prefeitura, perdeu seu uso, e acabou se tornando um espaço abandonado, casa de moradores de rua. (Carneiro, 2020)

Como já foi visto, todo o Complexo do Ver-o-Peso tem um peso muito grande no imaginário paraense, por esse motivo, em maio de 2015, artistas de diversas áreas de Belém e do Estado ocuparam o prédio. O intuito era que isto servisse como uma forma de protesto para chamar a atenção para as péssimas condições em que se encontrava o edifício. Assim, 120 ativistas ocuparam o segundo andar do prédio, limparam-no, organizaram-no na medida do possível uma vez que nem energia elétrica funcionava no local, e começaram a expor suas obras, convidar outros artistas, ministrar oficinas. E assim, num ato espontâneo e social, o Solar da Beira volta a vida ou, como esses artistas preferiram chamar o “Solar das Artes”. (G1, 2015)

Então, escolhemos o Solar da Beira, emblema da falência da administração pública, para representar também a ausência das políticas culturais dos governos estadual e municipal de Belém. Estamos construindo neste espaço, com nossos corpos e pensamentos, sem patrocínio ou qualquer ajuda de custo de instituições, a cidade que queremos, assim como transformando o local negligenciado em um espaço livre para cultura. Acreditamos no empoderamento por meio da mobilização e nas conexões de uma sociedade civil auto-organizada. Nos ocupando com a cidade. Nos ocupando da cidade. (Almeida, 2015)



Figura 42 - Solar da Beira. Fonte: G1



Figura 43 - Intervenção artística no Solar das Artes. Foto de Mariana Pereira Mason; disponível em <https://medium.com/@marianapereira-mason/daqui-em-1976-acenei-para-você-ebef6da6dc2dd>



Em carta aberta, o ativista Filipe Almeida (2015) descreve as atividades que estavam a ser desenvolvidas no espaço: “oficinas, aulas públicas, rodas de conversa e vivência sensorial”. A experiência também criou um diálogo com os trabalhadores da feira livre que, apesar de estarem inseridos em contextos totalmente diferentes, partilhavam da indignação pelo abandono do poder público com Ver-o-Peso. Ainda nesta carta, Almeida relata que o prédio, que se encontrava desassistido há anos, passou a receber visitas constantes de agentes da prefeitura que alertavam que o prédio devia ser desocupado. Por fim, a guarda municipal interveio, isolou o edifício e, assim, teve fim o Solar das Artes. Sob a desculpa de que as obras de requalificação iam começar em breve, os trabalhos só tiveram início de fato em 2019. (G1, 2020)

Após quase dois anos de reforma e 3 milhões de reais gastos, é reinaugurado o Solar da Beira, como um centro cultural para a cidade. Além da renovação da infraestrutura interna, o Solar passou por algumas alterações em sua fachada; o azul e amarelo vivos que antes compunham os alçados, foram substituídos por branco e um verde acinzentado, isto causou controvérsia entre alguns moradores. Por fim, um fato que causou estranhamento entre os utentes do espaço, é que a frase “Daqui, em 1976, acenei para você” foi apagada da fachada. (Carneiro, 2020)

Esta frase foi parte de uma intervenção artística proposta pela artista Valéria Coelho<sup>1</sup> em 2010. A proposta era plotar em locais de movimentação intensa da cidade frases que despertasse alguma atenção dos transeuntes e, assim, observar a interação daquelas pessoas com estas pequenas intervenções. O trabalho chamado “Psicografias” e conta com outras pequenas intervenções pelo complexo, como a frase “o cheiro da tua carne ainda está aqui” que foi plotada no Mercado de Carne também em 2010. (Valente, 2012)

De fato, esta intervenção criou um diálogo com os utentes do espaço, com as pessoas que estavam apenas de passagem, em especial a intervenção do Sola da Beira, que foi inspiração para muitas outras manifestações artísticas, incluindo músicas, poesia e álbum de EP. No entanto, esta frase já não está lá, foi removida juntos com as

<sup>1</sup> Valéria Coelho, artista plástica, nascida no Pará, possui um extenso trabalho com produção visual e fotográfica. Seu trabalho é conhecido por ser experimental, a artista está quase sempre presente nos maiores catálogos de arte do Pará



Figura 45 - Solar da Beira antes de intervenção de 2015. Fonte: Site Agência Belém (<https://agenciabelem.com.br/Noticia/>)



Figura 44 - Solar da Beira após a última reforma. Fonte: G1 (<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/03/20/solar-da-beira-no-ver-o-peso-passara-por-obras-apos-19-anos-sem-reforma.ghtml>)

cores vivas da fachada para dar espaço as novas cores que foram definidas em reportagem como “cores de repartição pública”. (Carneiro, 2020)

Este exemplo da ocupação do solar da beira e da intervenção que foi posteriormente apagada é um excelente exemplo para mostrar como este espaço tem um impacto na memória dos belenenses. Mesmo quando a reforma não está a interferir diretamente com os feirantes, que são os que de fato utilizam economicamente aquele espaço, mesmo quando não se trata diretamente de um impacto econômico, essas mudanças são sentidas.

Não cabe avaliar a qualidade das cores, ou avaliar a reforma em si em qualquer um dos seus aspectos, o relevante deste acontecimento é observar como a população olha para este espaço, no sentido literal de patrimônio cultural, o Solar da Beira foi visto como um bem que a todos pertence, onde qualquer alteração afeta, mesmo que afetivamente, os seus proprietários, neste caso, o povo paraense. Apesar de parecer um acontecimento isolado, isso é pode ser analisado como um reflexo prático de como os habitantes da cidade se sentem sobre todo o complexo, seja a feira, os mercados ou o solar, existe um consenso na sociedade de que o espaço é uma herança preciosa e, quando há a falta do poder público, eles se vêm no direito de intervir.



Figura 46 - Lago de Vitória-Régia,  
Museu Emílio Goeldi, Belém do Pará.  
Foto: Guilherme de La Penha, acervo  
IPHAN.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a abordar o tema do patrimônio cultural de fora para dentro. Não seria possível entender a maneira como a gestão local de Belém lidou com o Ver-o-Peso ao longo dos anos sem antes dissertar sobre a percepção nacional construída ao longo de toda a sua história sobre o que é patrimônio cultural brasileiro. Sem restar nenhuma dúvida, no âmbito internacional, o diálogo sobre o tema apontava para viés elitista e eurocêntrico. Somado a isto, a leitura da história colonial do Brasil, por si só, aponta a construção de uma nação que vai suprimir alguns dos povos essenciais para a sua formação.

A forma como o conceito se desenvolveu no âmbito internacional teve impacto direto na primeira legislação que tratava do tema. Somado a isto, os estudos dos primeiros anos de atuação do SPHAN são essenciais pois apontam para duas questões importantes: a primeira é sobre como o poder de escolha estava restrito à um pequeno grupo de pessoas que, por mais que bem-intencionados fossem, fizeram refletir suas próprias convicções em uma questão de política pública, a segunda é de como as decisões refletiam o tipo de nação que se queria construir. A vontade de construir uma nação progressista, ao invés de mirar em políticas de bem-estar social que pautassem a diminuição da desigualdade racial, tentaram apagar um passado engendrado no sistema escravocrata e no genocídio dos povos originários.

O contexto histórico da Amazônia brasileira e a atuação direta das ordens religiosas é essencial para ilustrar toda a diversidade étnica que existe no Norte, mas sobretudo, a maneira como ela foi construída. O apagamento das culturas indígenas transpassa a questão do patrimônio que, neste caso, mostra-se como potencializador desses ideais, oriundos do período colonial. Assim, para que haja a compreensão do que fora a evolução desta feira e deste mercado, na primeira cidade a ser fundada no Norte do Brasil, é também necessário compreender as bases da construção da sociedade e pensamento, principalmente sobre como a falácia de uma etnia mais civilizada vai ser um grande delimitador na percepção do brasileiro sobre si próprio.



Figura 47 - Foto do Mercado de Ferro tirada do rio. Fonte: toninhocastro.com.br/

O Ver-o-Peso foi escolhido por apresentar características pertinentes para esse estudo. São dois corpos que já não podem ser analisados separadamente; uma construção de semblante colonial no coração da amazônia onde, aos arredores, uma feira a céu aberto se desenvolveu, de maneira espontânea e manteve-se ali mesmo diante das intempéries. Um local de encontro entre a cultura ribeirinha e urbana que, desde a gênese da cidade, quando ainda havia a casa de impostos, se mostrou extremamente propícia ao comércio. Ao longo de sua história, também se mostrou fiel guardiã da cultura amazônica- fato que se deve não às intervenções do passado, mas, como se pode apurar, apesar delas.

Em suma, é possível dizer que aquele espaço alberga dois tipos de patrimônio essenciais para se perceber a cultura brasileira: em primeiro lugar é o próprio edifício, um vestígio palpável do auge da economia da borracha na Amazônia onde todo o material fora importado da Europa; em segundo lugar a feira, o resíduo espacial e cultural, que carregou uma parte da tradição ribeirinha, através de seus temperos, suas ervas e misturas, passados por gerações, não pelo dever, mas pela vocação. Apesar de ambos serem relevantes, o segundo caso apresenta várias particularidades que foram pontuadas ao longo da pesquisa, em especial, o fato de a feira ter se mantido com sua função original a torna essencial. O valor cultural reside principalmente nos conhecimentos que são passados, mas é possível dizer que, naquele local específico, estes saberes encontraram solo fértil.

O conceito de patrimônio imaterial veio tardiamente e, mesmo quando se fala da materialidade, priorizou-se durante muitos anos obras ligadas a igreja, edifícios de governo, casarões coloniais, as culturas das classes mais baixas, dos povos indígenas e herança africana ficaram durante muito tempo esquecidas. Por esses motivos, a feira foi subjugada durante anos e, quando recebia alguma atenção do poder público, era pela sua localidade, ao lado do Mercado de Ferro. Pode-se dizer que os feirantes foram agentes essenciais para a manutenção e perpetuação do espaço.

O Ver-o-Peso, feira e mercado, mantiveram-se vivos, apesar do abandono, das reformas autoritárias e mesmo depois do advento dos supermercados; mantiveram seu público, não houve o afastamento das classes mais baixas enquanto outros espaços públicos viveram um processo de gentrificação, mesmo depois de se tornar um importante ponto turístico de Belém. Por todos estes motivos, esta pesquisa dedicou-



Figura 48 - Procissão fluvial da Festa de São Pedro, Iranduba, Amapá (2014). Foto: Chico Lima. Acervo IPHAN



se a analisar o histórico do espaço, em especial as intervenções feitas para que se pudesse discutir sobre o papel do arquiteto num ambiente que carrega tamanho significado cultural.

As duas maiores, que também possuem mais registros, são as reformas dos anos 80 e última que ficou pronta em 2004, elas foram extremamente úteis para esta pesquisa pois de forma quase antagônica em relação a feira. Em relação ao edifício, ambas pareceram reconhecer a importância de se manter os traços do edifício, quanto a feira é que surge divergências. A reforma de Almir Gabriel tinha como intuito melhorar o espaço tornando mais palatável, mas este plano não parecia incluir os feirantes. Já a segunda, que contava com a participação popular, se mostrou mais frutífera.

Objetivamente, é possível dizer que uma foi sim mais bem sucedida que a outra, especialmente quando se trata de durabilidade e receptividade, bem como é possível fazer uma associação entre a participação dos feirantes no processo com o resultado. A premissa de que um projeto que melhor atende as necessidades dos utentes tem maior probabilidade de ser um espaço próspero parece óbvia, entretanto, na esfera pública, parece ser constante ignorada. Se o conceito de patrimônio cultural deve estar atrelado ao de um bem público, por que não estender a participação popular?

Apesar do último projeto ter sido bem recebido de forma geral, hoje a feira está cheia de remendos, improvisos feitos pelos feirantes em diversas partes do Ver-o-Peso; por seja causa da segurança, da chuva, do tamanho que foi inadequado, do calor etc. É preciso reconhecer que avanços têm sido feitos no que diz respeito às intervenções, não por avaliar sua qualidade arquitetônica, mas sobretudo pela maneira mais democrática que fora conduzida esta última.

Em parte, este avanço veio com a mudança na forma de pensar patrimônio. O caso deste complexo pode ser importante para tentar desenraizar o conceito de bem cultural de algo escultórico, preferencialmente de estética europeia, que se criou no país. Já se sabe que o Brasil foi formado por etnias e grupos que tiveram sua cultura transmitida na oralidade, culinária, medicina, ofícios, festas e formas de expressão. O Ver-o-Peso é um lugar único, pois a partir da manutenção deste espaço, de prover bom funcionamento e urbanidade, também se está preservando estes bens imateriais tão



Figura 49 - Muiraquitã. Fotografia do Museu de Arte do Pará. Acervo IPHAN.

caros para a cultura amazônica. Pois foi ali, no limiar da cidade e do rio, que esses costumes foram sendo perpetuados. Em troca, os feirantes também fizeram a manutenção da feira, na ausência do Governo, com o que podiam e, mesmo que não tivessem as melhores condições, a feira viveu e sobreviveu.

Cabe lembra que a pesquisa sobre as reformas foi desenvolvida a partir de documentos existentes, reportagens, entrevistas, documentos públicos etc. Visto que intuito desta dissertação é analisar os impactos dessas mudanças nas classes que fazem parte da base do Ver-o-Peso, seria essencial que esse estudo se estendesse com o adendo da pesquisa de campo e entrevistas para a análise dos impactos dessas ações sobre a vida dos feirantes, possivelmente com ênfase nas classes que estão mais próximas à cultura ribeirinha ou a indivíduos que estejam a exercer o ofício antes ou durante a reforma de 1985.

Como mostrado, a Região Norte ainda é a que registra a menor quantidade de bens registrados no Livro do Tombo e, mesmo sendo uma região ainda com grande presença de povos indígenas e maioria da população parda, o patrimônio ainda assim é quase todo ligado a igrejas ou construções coloniais. A arquitetura se mostrou como um meio concreto de ratificar símbolos e versões históricas, portanto, avançar em pesquisas como a do Complexo do Ver-o-Peso não é apenas progredir no estudo da intervenção urbana e arquitetônica, é caminhar em direção a políticas mais democráticas que fomentam a apropriação de espaços que são parte da história e cultura da região.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, F. (2015, maio 16). Ocupação Solar das Artes. *Medium*.  
<https://medium.com/@estudiodumundo/ocupa%C3%A7%C3%A3o-solar-das-artes-d284ccbe81b0>
- Andrade, R. M. F. de. (1937). Programa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1, 5–6.
- Azevedo, J. L. (1901). *Os Jesuitas no Grão-Pará: Suas missões e a colonização*. Travares Cardoso & Irmão. chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ia804509.us.archive.org/18/items/osjesuitasnograo00daze/osjesuitasnograo00daze.pdf
- Barra, A. C. R. (2003). Fragmentos de sonho: Arquitetura do ferro em Belém. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 3(1), Artigo 1.  
<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/5984>
- Benjamin, W., Rouanet, S. P., & Gagnebin, J. M. (2012). *Obras escolhidas. Vol. 1: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura / trad.: Sergio Paulo Rouanet* (8. ed. revista, Vol. 1). Ed. Brasiliense.
- Braga, V. M. (2015). RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE E SYLVIO DE VASCONCELLOS: TRADIÇÃO E COMPROMISSO. Em Y. Campos (Org.), *Patrimônio Cultural Plural* (p. 20–45).  
[https://www.academia.edu/34255528/Patrim%C3%B4nio\\_Cultural\\_Plural](https://www.academia.edu/34255528/Patrim%C3%B4nio_Cultural_Plural)
- Cardoso, A. L. C. (2011). *Arquitetura nas feiras ao ar livre: Paradigmas para construções de mercados populares contemporâneos* [Doutoramento no Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Carneiro, T. (2020, junho 13). *Restauração do prédio histórico Solar da Beira, em Belém, divide opiniões nas redes sociais*. G1.  
<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/06/12/restauracao-do-predio-historico-solar-da-beira-em-belem-divide-opinioes-nas-redes-sociais.ghtml>



- Chauí, M. de S. (2006). *Cidadania cultural: O direito à cultura* (1a. ed). Editora Fundação Perseu Abramo.
- Chaves, C., & Gonçalves, A. P. C. (2013). O mercado público em Belém: Arquitetura e inserção urbanística. *IV Colóquio Internacional sobre o comércio e cidade: uma relação de origem*.
- Chaves, I. G. (2016). A Fundação da cidade de Belém inventada pelos pinceis artísticos. *Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP*, 1(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.34024/hydra.2016.v1.9118>
- Choay, F. (2014). *Alegoria do Patrimônio* (2º ed). Edições 70.
- Coelho, M. C. (2007). A CONSTRUÇÃO DE UMA LEI: O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS. *Revista IHGB*, 168(437), 29–48.
- Costa, D. F. D. (2007). *ALÉM DA PEDRA E CAL: A (RE) CONSTRUÇÃO DO FORTE DO PRESÉPIO (BELÉM DO PARÁ, 2000-2004)* [Mestrado em História Social da Amazônia]. Universidade Federal do Pará.
- Cruz, E. (1962). O ver-o-pêso: Um capítulo da História colonial do Pará. *Revista de História*, 24(50), Artigo 50. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121648>
- Cunha, C. dos R. e. (2010). *Restauração: Diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN* [Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.16.2010.tde-26052010-090302>
- Deliso, M. (2021, abril 21). Timeline: The impact of George Floyd's death in Minneapolis and beyond. *ABCnews*. <https://abcnews.go.com/US/timeline-impact-george-floyds-death-minneapolis/story?id=70999322>
- Forte, M. T. F., & Sanjad, T. B. C. (2015). Intervenções arquitetônicas no centro histórico de Belém: A prática projetual contemporânea. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, 6(3), 188. <https://doi.org/10.20396/parc.v6i3.8640703>
- Freire, B. (2005). O INVENTÁRIO E O REGISTRO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL: NOVOS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, 11–20. <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v2i3.1047>





- Freyre, G. (1937). SUGESTÕES PARA O ESTUDO DA ARTE BRASILEIRA EM RELAÇÃO A DE PORTUGAL E A DAS COLÔNIAS. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1, 41–44.
- G1. (2015, maio 22). *Artistas fazem protesto no prédio “Solar da Beira”, em Belém*. Pará. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/05/artistas-fazem-protesto-no-predio-solar-da-beira-em-belem.html>
- G1. (2020, novembro 11). *Em Belém, Solar da Beira é inaugurado após mais de um ano em reforma*. G1. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/11/11/em-belem-solar-da-beira-e-inaugurado-apos-mais-de-um-ano-em-reforma.ghtml>
- Hobsbawm, E., & Ranger, T. (Orgs.). (2012). *The Invention of Tradition* (1º ed). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107295636>
- Holanda, S. B. de. (2015). *Raízes do Brasil* (1ª edição). Companhia das Letras.
- Júnior, C., & De, A. D. (2013). A ordem da missão e os jogos da ação: Conflitos, estratégias e armadilhas na Amazônia do século XVII. *Tempo*, 19, 23–41. <https://doi.org/10.5533/TEM-1980-542X-2013173503>
- Junior, J. A. de S. (2009). *Tramas do cotidiano: Religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos—Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina* [Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/13169>
- Kaika, M., & Thielen, K. (2006). Form follows power: A genealogy of urban shrines. *City*, 10(1), 59–69. <https://doi.org/10.1080/13604810600594647>
- Kühl, B. M. (1998). *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: Reflexões sobre a sua preservação*. Atelie Editorial.
- Kühl, B. M. (2007). A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: Um período crucial para o amadurecimento teórico. *Revista CPC*, 0(3), 110. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i3p110-144>
- Lima, M. D. de. (2008). *VER-O-PESO, PATRIMÔNIO(S) E PRÁTICAS SOCIAIS: Uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará* [Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Antropologia]. Universidade Federal do Pará.
- Lima, M. D. de. (2018). Introdução. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 37, 21–30.



- Lima Filho, M. F. (2018). Cidadania patrimonial – da inclusão à negação do Mito da nação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 37, 115–133.
- Lorenzoni, L. F., & Gomes, R. V. (2022). DESTRUINDO ESTÁTUAS: O INCÊNDIO NO MONUMENTO A BORBA GATO E A RELEVÂNCIA DA MEMÓRIA PELO OLHAR DOS OPRIMIDOS. *Revista Brasileira de História do Direito*, 7(2), 40.  
<https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-009X/2021.v7i2.8124>
- Maués, P. (2014). *MAUÉS, Paola. O valor que o Ver-o-Peso tem. Dissertação de mestrado.*  
[https://www.academia.edu/6383462/MAU%C3%89S\\_Paola\\_O\\_valor\\_que\\_o\\_Ver\\_o\\_Peso\\_tem\\_Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_mestrado](https://www.academia.edu/6383462/MAU%C3%89S_Paola_O_valor_que_o_Ver_o_Peso_tem_Disserta%C3%A7%C3%A3o_de_mestrado)
- Mercier, D. (2021, junho 9). Estátua de Borba Gato, símbolo da escravidão em São Paulo, é incendiada por ativistas. *EL PAÍS*.  
<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-em-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html>
- Miranda, C. S. (2006). *CIDADE VELHA E FELIZ LUSITÂNIA: Cenários do Patrimônio Cultural em Belém* [Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Antropologia]. Universidade Federal do Pará.
- Moassab, A. (2013). O patrimônio arquitetônico no século XXI para além da preservação uníssona e do fetiche do objeto. *SURES - Revista Digital do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA*, 2.  
<https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/71>
- Monteiro, A. (2021). O “mito indígena” da formação social da Amazônia no conto “O rebelde”, de Inglês de Sousa. *Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, 20(35), Artigo 35.  
<https://doi.org/10.12957/palimpsesto.2021.54234>
- Nabiça, C. das M. B., & Oliveira, R. M. de. (2014). Ver-o-Peso: Corpo espalmado em submundos de Belém do Pará. *REVISTA POIÉISIS*, 15(23), Artigo 23.  
<https://doi.org/10.22409/poiesis.1523.49-62>
- Neto, A. A. A. (2000). Construindo o objeto da pesquisa: Referências e bens culturais. Em *Inventário nacional de referências culturais: Manual de aplicação*. IPHAN.
- Oliveira, D. de, & Carvalho, T. L. A. (2022). PATRIMÔNIO CULTURAL NEGRO NO BRASIL: DA “PEDRA E CAL” À PROTEÇÃO IMATERIAL DA ANIMA NEGRA.



- Revista Direitos Culturais*, 17(43), Artigo 43.  
<https://doi.org/10.20912/rdc.v17i43.884>
- Penteado, A. R. (1968). *Belém do Pará: Estudo de geografia urbana*. Universidade Federal do Pará.
- Portal IPHAN. (2014a). *Ouro Preto (MG)*. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/373/>
- Portal IPHAN. (2014b). *Ver-o-Peso (PA)*. Portal IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.  
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/828>
- Portal IPHAN. (2014c). *Rodrigo Melo Franco de Andrade*. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.  
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>
- Presidência da República, Decreto-lei nº25/1937 de 30 de novembro, Diário Oficial da União (1937). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)
- Presidência da República. (1988). *Art. 216 da Constituição Federal*. Jusbrasil.  
<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647933/artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988>
- Raimundo, S. L. (2004). *Bandeirantismo e identidade nacional: Representações geográficas no Museu Paulista*. *Terra Brasilis*, 6.  
<https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.375>
- Ricoeur, P. (2009). *Memory, History, Forgetting*. University of Chicago Press.
- Rossi, A. (2022). *A Arquitetura da Cidade*. Leya.
- Rubino, S. (1992). *As fachadas da história: Os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968* [Mestre em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas].  
<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1992.49009>
- Rubino, S. (1996). O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 24, 97–105.
- Schwarcz, L. (2021). Ser ou não ser patrimônio: Bandeirantes e bandeiras e outros conjuntos escultóricos contestados. Em M. B. Jerónimo & W. Rossa (Orgs.), *Patrimônios Contestados* (p. 26–49). Público.
- Seráfico, J. (2009). Teatro Amazonas: Símbolo de quê? *Ciência e Cultura*, 61(3), 37–40.



- SescTV (Diretor). (2014). *Arquiteturas: Mercado Ver o Peso*.  
<https://www.youtube.com/watch?v=y4UPeyMyKpw>
- Souza, M. S. C. de. (2010). A cultura invisível: Conhecimento indígena e patrimônio imaterial. *Anuário Antropológico*, 35(1), 149–174.  
<https://doi.org/10.4000/aa.813>
- UNESCO. (2003, outubro 17). *CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL* (Ministério das Relações Exteriores, Trad.).  
[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por)
- Valente, D. C. (2012). *Corpos convergentes: Visualidade da performance na arte e no cotidiano* [Dissertação da Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Federal do Pará].  
<https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7720>
- Veiga, D. de F. L. (2007). *Os Mercados de Belém: Um Estudo sobre a Preservação da Arquitetura do Ferro* [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- Vieira, L. C. (2020). As mulheres erveiras do Ver-O-Peso e os olhares patrimoniais. *Caminhos Da História*, 97.





## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Boneca Karajá; patrimônio imaterial brasileiro pela categoria modos de fazer e forma de expressão.....	1
Figura 2 - Cais do Ver-o-Peso; s. d. Fonte: IBGE Cidades.....	3
Figura 3 - Porto do Ver-o-Peso, ao fundo o Mercado de Ferro.....	5
Figura 4 - Erveira do Ver-o-Peso dando o tradicional "banho de cheiro" (2017). Fonte: Site Agência Belém.....	7
Figura 5 – Ervas, temperos, remédios e “simpatias” vendidas na feira do Ver-o-Peso. Fonte: <a href="http://belem.pa.gov.br/ver-belem/">belem.pa.gov.br/ver-belem/</a> .....	7
Figura 6 – Angelus Novus (1920), Paul Klee.....	9
Figura 7 - "A Queda da Bastilha" (1789) por Jean-Pierre Houel.....	11
Figura 8 - Estátua de cerâmica Marajoara.....	13
Figura 9 - Acervo arqueológico do museu Emílio Goeldi, localizado em Belém, de Artefatos Marajoara <sup>1</sup> .....	13
Figura 10 – Gráfico produzido pela autora. Baseado no Censo de 2022 feito pelo IBGE.	17
Figura 11 - Estátua do Borba gato em chamas (2021). Autor: Gabriel Schlickmann; via Twitter.....	21
Figura 12 - A Guerra dos Palmares. <sup>1</sup> Óleo de Manuel Vitor, 1955. Fonte: site oficial do Partido Comunista do Brasil.....	23
Figura 13 - Rodrigo Franco Melo Franco de Andrade (ao centro), no Jardim Botânico da Academia de Belas Artes. Fonte: Acervo IPHAN.....	27
Figura 14 - 1ª edição da Revista do Patrimônio (1937). Disponível no acervo do IPHAN ( <a href="http://portal.iphan.gov.br/">portal.iphan.gov.br/</a> ).....	31
Figura 15 - Gráficos dos primeiros anos de atuação do SPHAN. Autoral.....	33
Figura 16 - Procissão do Cirio de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém, festa religiosa paraense que se tornou patrimônio da UNESCO em 2013. Autor: Toninho Castro.....	37
Figura 17 - Crianças da comunidade Wajãpi. Fonte: Site oficial da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).....	39
Figura 18 - Arte Kusiwa produzida pela Comunidade Wajãpi, do Amapá. Considerada patrimonial imaterial pelo IPHAN, inscrita no Livro Formas de Expressão e pela UNESCO.....	39



Figura 19 - "O Anhanguera", de Theodoro Braga .....	43
Figura 20 - "A Fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará" (1908) - Theodoro Braga.....	47
Figura 21 - Representação de Theodoro Braga do antigo Porto do Piry (1910) .....	47
Figura 22 - Mapa de Belém, Jose Sidrim (1905). Fonte IPHAN; acervo de Flavio Nassar	51
Figura 23 - Mercado Ver-o-Peso (1901). Museu Emilio Goeldi; fonte: IPHAN.....	55
Figura 24 – Mercado de Ferro do Ver-o-Peso (1910). Fonte: frenesicultural.com .....	59
Figura 25 - Interior do Mercado de Ferro. s.d. Fonte: frenesicultural.com .....	59
Figura 26 - Mercado de Ferro, s.d. Fonte <a href="https://veroveropeso.wordpress.com/historia-contida/">https://veroveropeso.wordpress.com/historia-contida/</a> .....	59
Figura 27 - "Maré Cheia" de Rohit (1977). Fonte: Prefeitura Municipal de Belém .....	61
Figura 28 – Erveira da feira do Ver-o-Peso; foto de Paulo Santo; fonte: <a href="http://panamazonica.info">panamazonica.info</a> .....	63
Figura 29- Imagem de satélite do Complexo do Ver-o-Peso .....	65
Figura 30 - Feira do Açaí no momento que a mercadoria é descarregada das embarcações.....	67
Figura 31 – Imagem do Mercado de Ferro tirada do Rio, é possível ver as embarcações que vão e voltam de madrugada com mercadoria. Foto de Walda Marquês; site Revista Design; fonte: <a href="http://revistadesign.com/ver-o-peso-ja-foi-uma-grande-praia-explicou-flavio-nassar/">revistadesign.com/ver-o-peso-ja-foi-uma-grande-praia-explicou-flavio-nassar/</a> .....	67
Figura 32 - Corte e fachada do Mercado de Ferro. Levantamento feito em 2014 pela equipe tecnica do IPHAN. Acervo Biblioteca Aloisio Magalhaes.....	69
Figura 33 - Imagem do Ver-o-Peso após a reforma de 1985; observa-se a feira padronizada, o Solar da Beira e mais ao fundo o mercado de Ferro. Fonte: arquivo do jornal O Liberal.....	73
Figura 34 - Imagens da feira pouco mais de 10 anos após a reforma. Fonte: arquivo do jornal O Liberal.....	75
Figura 35 - Projeto para as lonas da feira. Fonte: site oficial do Prefeito ( <a href="https://www.edmilsonpsol.com.br/2002-edmilson-inaugura-o-novo-ver-o-peso/">https://www.edmilsonpsol.com.br/2002-edmilson-inaugura-o-novo-ver-o-peso/</a> ) .....	81
Figura 36 - Realização da revitalização do espaço externo do Complexo. Fonte: site oficial do Prefeito ( <a href="https://www.edmilsonpsol.com.br/2002-edmilson-inaugura-o-novo-ver-o-peso/">https://www.edmilsonpsol.com.br/2002-edmilson-inaugura-o-novo-ver-o-peso/</a> ).....	81



Figura 37 - Ver-o-Peso após a entrega da reforma em 2004. Fonte Site do Prefeito Edmilson Rodrigues ( <a href="https://www.edmilsonpsol.com.br/2002-edmilson-inaugura-o-novo-ver-o-peso/">https://www.edmilsonpsol.com.br/2002-edmilson-inaugura-o-novo-ver-o-peso/</a> ).....	83
Figura 38 - Lonas da feira com o Mercado de Ferro ao fundo. Crédito: Dorival Moreira (afar.com.br).....	83
Figura 39 - Feira do Ver-o-Peso com improvisos feitos devido às chuvas. Fonte: SescTV .....	89
Figura 40 - "Lonas" criadas pelos feirantes para evitar a entrada de chuvas (2010). Foto de Andre.....	89
Figura 41 - Ocupação do Solar das Artes, fotografias retiradas do perfil de facebook do "Solar das Artes"; disponível em <a href="https://www.facebook.com/profile.php?id=100069801922116">https://www.facebook.com/profile.php?id=100069801922116</a> .....	91
Figura 42 - Solar da Beira. Fonte: G1.....	93
Figura 43 - Intervenção artística no Solar das Artes. Foto de Mariana Pereira Mason; disponível em <a href="https://medium.com/@marianapereiramason/daqui-em-1976-acenei-para-você-eb6da6dc2dd">https://medium.com/@marianapereiramason/daqui-em-1976-acenei-para-você-eb6da6dc2dd</a> .....	93
Figura 44 - Solar da Beira após a última reforma. Fonte: G1 ( <a href="https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/03/20/solar-da-beira-no-ver-o-peso-passara-por-obras-apos-19-anos-sem-reforma.ghtml">https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/03/20/solar-da-beira-no-ver-o-peso-passara-por-obras-apos-19-anos-sem-reforma.ghtml</a> ) .....	95
Figura 45 - Solar da Beira antes de intervenção de 2015. Fonte: Site Agência Belém ( <a href="https://agenciabelem.com.br/Noticia/">https://agenciabelem.com.br/Noticia/</a> ) .....	95
Figura 46 - Lago de Vitória-Régia, Museu Emílio Goeldi, Belém do Pará. Foto: Guilherme de La Penha, acervo IPHAN. ....	97
Figura 47 - Foto do Mercado de Ferro tirada do rio. Fonte: <a href="http://toninhocastro.com.br/">toninhocastro.com.br/</a> .....	99
Figura 48 - Procissão fluvial da Festa de São Pedro, Iranduba, Amapá (2014). Foto: Chico Lima. Acervo IPHAN .....	101
Figura 49 - Muiraquitã. Fotografia do Museu de Arte do Pará. Acervo IPHAN.....	103